



PLANO DE MANEJO DO
PARQUE ESTADUAL DO ITACOLOMI
REVISÃO DO USO PÚBLICO E ZONEAMENTO

Março, 2021

EXPEDIENTE

Antônio Augusto Melo Malard
Diretora Geral do Instituto Estadual de Florestas

Cláudio Viera Castro
Diretor de Unidades de Conservação - DIUC

Mariana Lima Moura
Gerente de Implantação e Manejo de Unidades de Conservação – GIMUC

Ricardo Ayres Loschi
Chefe da Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade – URFBio – Centro-Sul

Ana Paula Cerqueira de Barros Pinheiro
Coordenadora Regional do Núcleo de Biodiversidade - URFBio – Centro-Sul

Maria Lúcia Coimbra Cristo Canto Yañez
Gerente do Parque Estadual do Itacolomi

Equipe de elaboração

Ana Paula Cerqueira de Barros Pinheiro
Coordenação Regional do Núcleo de Biodiversidade - URFBio – Centro-Sul

Adélia Alves de Lima Silva
Gerência de Criação e Manejo de Unidades de Conservação – GCMUC / DIUC

Cristiane Fróes Soares dos Santos
Gerência de Criação e Manejo de Unidades de Conservação – GCMUC / DIUC

Gladson de Oliveira
Gerência de Criação e Manejo de Unidades de Conservação – GCMUC / DIUC

Maria Lúcia Coimbra Cristo Canto Yañez
Gerente do Parque Estadual do Itacolomi

Guilherme Philipe de Matos Cerqueira Gomes
Coordenação Regional do Núcleo de Biodiversidade - URFBio – Centro-Sul

SUMÁRIO

SUMÁRIO.....	3
1 INTRODUÇÃO.....	5
2 JUSTIFICATIVA.....	7
3 METODOLOGIA.....	7
4 REVISÃO DO PLANO DE MANEJO DO PARQUE DO ITACOLOMI.....	9
4.1 Diagnóstico Uso Público.....	9
4.2 Zoneamento.....	19
4.2.1 Normas Gerais da Unidade de Conservação.....	21
4.2.2 Zona de Conservação (ZC).....	23
4.2.3 Zona de Uso Moderado (ZUM).....	25
4.2.4 Zona de Infraestrutura (ZI).....	25
4.2.5 Zona de Diferentes Interesses Públicos (ZDIP).....	26
4.2.6 Zona de Adequação Ambiental (ZAD).....	27
4.2.7 Zona de Amortecimento.....	28
4.3 Programa de Uso Público.....	31
4.3.1 Subprograma de Visitação.....	31
4.3.1.4 Propostas de Ações de Manejo e Gestão.....	34
4.3.2 Subprograma de Educação e Interpretação Ambiental.....	34
4.3.2.1 Propostas de Ações de Gestão.....	35
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36
6 BIBLIOGRAFIA.....	37
7 ANEXOS.....	38
7.1 Mapa do Zoneamento (A3).....	38
7.2 Mapa dos Atrativos e Trilhas (A3).....	38
7.3 Relatório da Oficina.....	38
7.4 Mapa Falado.....	38

7.4.1	Grupo 1 – Carlos, Bernardo, Maria Rita, Juarez, Marcos, Klaus, Custódio.	38
7.4.2	Grupo 2 – Apolyane, Hugo, Alberto, João Marcos, Daniel, José Augusto.	39
7.4.3	Grupo 3 – Rafael, Daniela, Cleide, José R., Gustavo, Dario, Lúcia, Ricardo.	40
7.4.4	Fotos	42
7.4.5	FOFA e Propostas de Ações	42
7.4.6	Lista de presença	51
7.5	Avaliação da Oficina	53
7.6	Fotos	54

1 INTRODUÇÃO

O Parque Estadual do Itacolomi (PEIT), localizado nos municípios de Mariana e Ouro Preto, foi criado pela Lei Estadual nº 4.495 de 14 de junho de 1967. Seu plano de manejo foi elaborado em 2007 e aprovado através da Deliberação nº 1.408 de julho de 2008 do Conselho Administrativo do Instituto Estadual de Florestas (IEF).

O Pico do Itacolomi, com 1.772 metros de altitude, é o principal ícone e ponto culminante do Parque, que se destaca não apenas por suas características naturais, mas também pelo seu contexto histórico-cultural, já que servia de referência para os viajantes nos tempos do Brasil Colônia. A palavra *itacolomi* vem da língua tupi e significa “pedra menina”. Os índios viam o pico como o “filhote” da montanha ou “pedra mãe”. A região do PEIT passou por diferentes processos de ocupação e exploração econômica ao longo do tempo, dentre as quais se destacam a extração de ouro e ferro, a lavoura de subsistência, a criação de gado, a plantação de eucalipto e o cultivo de chá.

O Parque abrange uma área de 5.971 hectares cobertos por matas, onde predominam as quaresmeiras e candeias ao longo dos rios e córregos, e campos de altitude nas partes mais elevadas, com afloramentos rochosos onde se destacam as gramíneas e canelas de emas. As muitas nascentes abrigadas nas matas deságuam, em sua maioria, no rio Gualaxo do Sul, afluente do rio Doce. Os córregos mais importantes são os do Manso, dos Prazeres, Domingas e do Benedito, o rio Acima e o ribeirão Belchior.

Diversas espécies de animais, mesmo raros e ameaçados de extinção podem ser encontradas na unidade de conservação (UC) como lobo guará, ave-pavó, onça parda, andorinhão de coleira (ave migratória), além de diversas espécies de macacos, micos, tatus, pacas, capivaras e gatos mouriscos. Estudos identificaram mais de 200 espécies de aves, como jacus, seriemas e beija-flores.

Além dos atrativos naturais, como o pico, mirantes, grutas e cachoeiras, o Parque conta ainda com atrativos histórico-culturais, como o Museu do Chá e a Casa Bandeirista e está inserido em diversos circuitos turísticos, como o “Circuito do Ouro”, o “Circuito Trilha dos Inconfidentes” e a “Estrada Real”. Dispõe de estruturas adequadas para o apoio à visitação tais como centro de visitantes, portaria, restaurante, área de acampamento (*camping*), banheiros, auditório, alojamentos, área de lazer com quiosques, parque infantil, além de trilhas estruturadas e sinalizadas para os principais atrativos. Apesar da boa infraestrutura, a visitação é comparativamente baixa considerando outras unidades e seu potencial, com uma média de apenas 12.500 visitantes por ano.

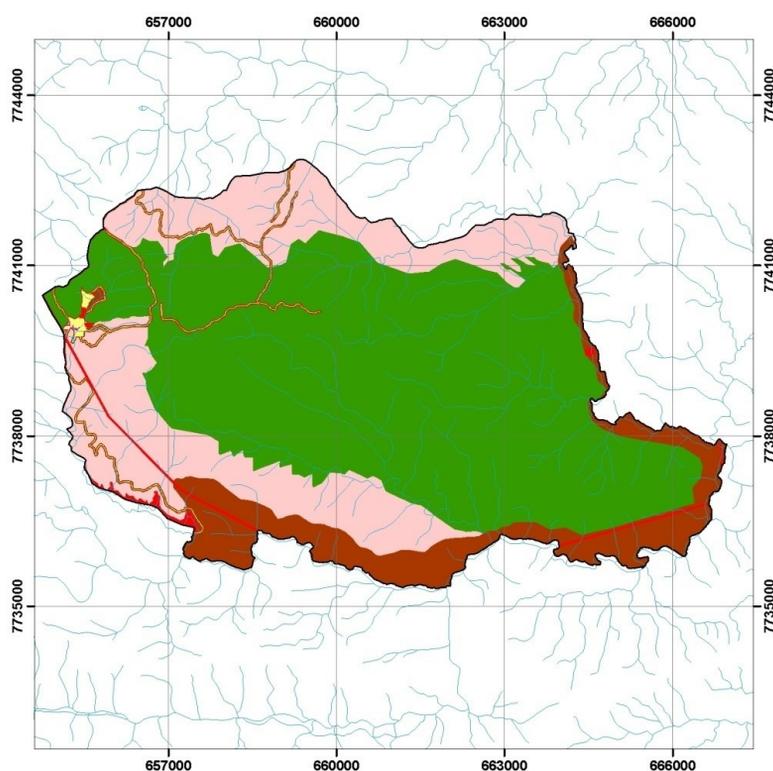
O que se apresenta neste documento é a revisão e atualização do plano de manejo do Parque do Itacolomi (PEIT), especificamente quanto aos itens: diagnóstico de uso público (no Encarte 1); o programa de uso público; e o zoneamento (no Encarte 2). De forma suplementar, outro tema importante diz respeito aos limites e perímetro da UC. Durante os estudos iniciais para a revisão, verificou-se que o plano

de manejo vigente até então, elaborado em 2008, utilizou duas poligonais distintas para os limites da UC e como base para os mapas do diagnóstico e dos programas.

Paralelamente à revisão do plano de manejo do Parque, foi contratado um estudo de aferição e atualização do georreferenciamento e do memorial descritivo (conforme decreto de criação) para dirimir as dúvidas e discrepâncias quanto a esse tópico. Isso foi feito por meio de condicionante do Termo de Transação e Ajuste de Conduta que Samarco Mineração S.A. e BHP Billiton Brasil Ltda. firmaram com o Estado de Minas Gerais.

O georreferenciamento do perímetro não era objeto das condicionantes, mas embora não estivesse previsto no TTAC, foi condição indispensável para que fosse realizado o cadastro fundiário da unidade de conservação. Frente a esta questão, a Samarco incluiu em suas contratações, para atendimento das cláusulas do TTAC, o georreferenciamento dos limites do Parque Estadual do Itacolomi - PEIT.

Figura 1. Mapa de Zoneamento do PEIT elaborado em 2008.



Mapa de Zoneamento do Parque Estadual do Itacolomi



2 JUSTIFICATIVA

A revisão do plano de manejo foi motivada pela constatação, por parte da gestão da UC, de contradições entre a situação atual da unidade e do seu entorno contra um planejamento elaborado há mais de dez anos, o que resultava em diversos conflitos.

Os monitoramentos realizados na unidade, bem como dados mais recentes, demonstram a existência de trilhas e atrativos, que não estão relatados no plano de manejo vigente, mas que recebem um fluxo expressivo de visitantes. A gestão do Parque também vislumbra a possibilidade de abertura de novas trilhas e atrativos, o que irá agregar valor à unidade e diversificar as experiências para os visitantes. Além disso, surgiram ou se intensificaram, novas modalidades de esporte e turismo de natureza como escalada, cicloturismo (*mountain bike*) e motociclismo (*off-road*) em trilhas.

Por fim, outra motivação para a revisão do plano foi a constatação da existência e utilização de dois limites da UC no documento anterior. Os diferentes limites que constam no plano de manejo foram elaborados conforme interpretação do memorial descritivo do instrumento de criação, mas sem a precisão de um georreferenciamento com as tecnologias atuais. Tendo em vista o procedimento que estava em curso de atualização dos limites do Parque, fruto do Inciso XI da Cláusula Segunda do TTAC, com a conclusão da atualização dos limites, o zoneamento ficaria desatualizado, já que existe uma discordância significativa entre as poligonais.

Ainda, a zona de amortecimento definida no Plano de Manejo aprovado em 2008, adotou como critérios as resoluções legais vigentes à época, como a Resolução CONAMA N° 13/1990, revogada pela Resolução CONAMA N° 428/2010. Além disso, várias outras unidades de conservação foram criadas nesta área, cada uma com seus próprios objetivos de proteção estabelecidos pela lei do SNUC, gerando uma sobreposição desnecessária e conflituosa para a gestão das UC's.

A revisão do plano atende também ao Programa de Concessão de Parques Estaduais (PARC), programa do Governo de Minas no qual o PEIT se inclui na listagem das unidades de conservação participantes, assim como no Programa de Estruturação de Concessões de Parques Estaduais, lançado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)

Diante do exposto, é clara a necessidade de atualização do plano de manejo, visando melhorar a gestão da visitação, e readequar o planejamento à realidade da UC, apresentando novo zoneamento e diretrizes.

3 METODOLOGIA

A revisão em tela seguiu a nova proposta metodológica instituída pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO) através da Instrução

Normativa Nº 7/2017/GABIN/ICMBIO e operacionalizada pelo Roteiro Metodológico Para Elaboração e Revisão de Planos de Manejo das Unidades de Conservação Federais (ICMBIO, 2018).

No intuito de se elaborar um diagnóstico do uso público bem como adequar o zoneamento do Parque, o presente estudo inclui as seguintes etapas:

1. Análise do Plano de Manejo do PEIT aprovado em 2008, para identificação de incongruências entre o documento e a realidade do uso público da UC;
2. Levantamento das trilhas usadas atualmente por visitantes, e atrativos existentes, através de trabalho de campo e imagens de sensoriamento remoto, inclusive com uso do Google Earth®;
3. Estudo da área do Parque conforme atualização do inventário florestal do Estado de Minas Gerais por imagem satélite disponibilizado pela Gerência de Monitoramento Territorial e Geoinformação (GEMOG);
4. Levantamento das unidades de conservação no entorno do PEIT, com seus limites e respectivas zonas de amortecimento, em formato digital (shapefile).
5. Levantamento de áreas urbanas, conforme planos diretores dos Municípios de Mariana e de Ouro Preto, e levantamento de características ambientais para analisar a possível sobreposição com a zona de amortecimento do Parque;
6. Realização de uma oficina de revisão do plano de manejo em 23 de outubro de 2019, com participação de vários segmentos da comunidade local, com objetivo de complementar e validar o levantamento dos atrativos e trilhas além de coletar sugestões para melhoria do uso público;
7. Reuniões técnicas da equipe de planejamento, com integrantes da Gerência de Criação e Manejo de Unidades de Conservação (GCMUC), da URFBio Centro Sul e do PEIT, para elaboração do documento plano de manejo;
8. Elaboração dos mapas utilizando-se software QGIS 3.10 como sistema de informações geográficas;
9. Apresentação do plano revisado para o Conselho Consultivo da UC;
10. Encaminhamento para aprovação junto à Câmara Técnica Especializada de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB) do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM).

4 REVISÃO DO PLANO DE MANEJO DO PARQUE DO ITACOLOMI

A revisão do plano de manejo (PM) irá promover a atualização de itens do plano de manejo de 2008 da seguinte forma:

Estrutura-se nos seguintes itens:

- 4.1 - Diagnóstico uso público - substitui o item 5.2.2 do Encarte 1;
- 4.2 – Zoneamento - substitui o item 10 do Encarte 2 (módulo II);
- 4.3 - Programa de uso público - substitui o item 11.2 do Encarte 2 (módulo III).

4.1 Diagnóstico Uso Público

O Parque Estadual do Itacolomi está localizado na porção sul da Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço e a sudeste do Quadrilátero Ferrífero, no centro de Minas Gerais. Abrange a maior parte da Serra de Itacolomi, nos municípios de Ouro Preto e Mariana, duas importantes cidades históricas tombadas nas categorias de monumento mundial e nacional, respectivamente, e considerados destinos turísticos indutores de Minas Gerais.

Atualmente o Parque está aberto ao público de terça-feira a domingo, das 8:00 às 17:00 horas, sendo o custo do ingresso de R\$20,00 por pessoa. Para uso da infraestrutura do camping e alojamentos os valores são dispostos na Portaria IEF nº 34/2018, alterada pela Portaria IEF nº 37/2018. A UC dispõe de estruturas de apoio à visitação como um centro de visitantes com exposição interpretativa, sede administrativa, restaurante, parque infantil, portaria, credenciamento, área de churrasqueira, auditório, quadra esportiva de areia, estacionamento, museu além de trilhas sinalizadas. Além disso, existe uma área de camping, que conta com vestiário, que deve ser agendada para reservas, pois o número de barracas é limitado, assim como os alojamentos.

A área de maior fluxo de visitantes e onde se localizam todos os equipamentos turísticos fica na fazenda São José do Manso, local que abrigou uma fábrica de chá na década de 1930. O principal acesso é realizado por Ouro Preto pela MG 262 (BR 356, km 98). Existe um fluxo de visitantes significativo na região da Serrinha, entrada pelo município de Mariana, no entanto não existem estruturas de controle e recepção para atender esses visitantes. Além disso, existe uma demanda muito grande a partir de Lavras Novas, cujo acesso é pela Represa do Custódio. É importante destacar que existem outros acessos, como o Calais, um caminho clandestino, que é muito usado para visitar o atrativo Pico do Itacolomi.

Através da análise dos dados de visitação é possível demonstrar um crescimento na visitação entre 2011 e 2016. No entanto, em 2017 e 2018 há um decréscimo significativo, que pode ser explicado por diferentes fatores. Em 2017 em função do fechamento temporário do Parque durante quatro meses (março a junho), devido à alteração de contrato de prestadores de serviços para “guarda-parques”. Já em 2018 devido ao surto de febre amarela que ocorreu no país. No entanto, em 2018 houve um salto na arrecadação em função de algumas modificações na regulamentação da cobrança de ingressos. Houve um aumento no valor do ingresso, os moradores locais começaram a pagar ingresso (com descontos) e também pelo aumento da demanda para reserva do camping e alojamentos. Importante destacar que o credenciamento e receptivo é

realizado apenas na portaria principal, na Fazenda do Manso, portanto o ingresso por outros acessos não é contabilizado.

Figura 2. Número de visitantes do PEIT.



Fonte IEF: 2020

Figura 3. Histórico de arrecadação do PEIT



Fonte IEF: 2020

Além do potencial natural, o Parque conta com um rico potencial histórico e cultural, pois abriga na sede da Fazenda São José do Manso, a Casa Bandeirista, tombada pelo IEPHA, um exemplar da arquitetura colonial deixado pelos bandeirantes em Minas. Dentre os atrativos de maior destaque, além da Casa Bandeirista, temos o Museu do Chá, Capela São José, Trilhas da Capela, da Lagoa e do Forno, Morro do Cachorro, expedição ao Pico do Itacolomi e o mirante do Custódio.

Além desses principais atrativos existem outros locais com cachoeiras e trilhas, menos conhecidas, porém visitados sem controle, principalmente na região da Serrinha. Próximo à Fazenda, existe a cachoeira Nossa Senhora dos Prazeres, dentre outras, que poderão ser abertas

à visitação, sendo necessário previamente o manejo da trilha. Segue abaixo o mapa de todos os atrativos identificados até o momento e os equipamentos turísticos já existentes.

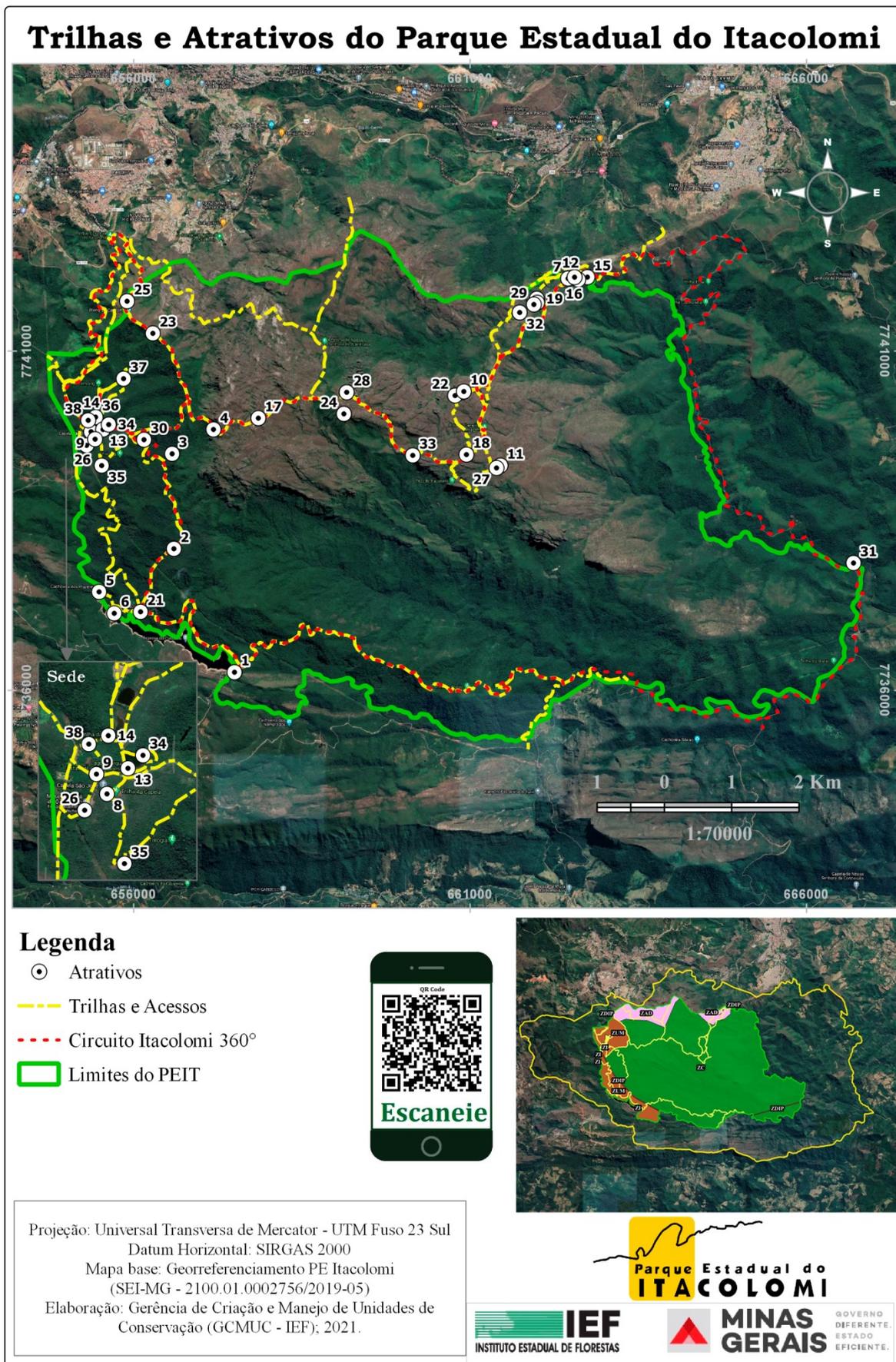
Importante destacar que estar em contato com a natureza, faz vivenciar uma experiência prazerosa e traz tranquilidade, nesse sentido, cada vez mais as pessoas vêm buscando essas áreas, a fim de desconectarem das atividades urbanas. Atualmente, o Parque Estadual do Itacolomi não oferece ao visitante atrativos que possam atrair ainda mais visitantes, como por exemplo, banhos de cachoeira com deslocamento rápido e de fácil acesso. Entretanto, após algumas expedições, foram descobertas algumas cachoeiras, poços e corredeiras que serão incluídos nesta revisão do Plano de Manejo visando atender a essa demanda e trazendo uma nova modalidade de lazer.

Quadro 1. Trilhas e Atrativos do PEIT representados no mapa da Figura 4. Trilhas e Atrativos do PEIT.

id	Atrativos
1	Represa do Custódio
2	Cachoeira do Custódio
3	Cachoeira do Icó
4	Pedra do Porco
5	Cachoeira dos Prazeres
6	Cachoeira Nova
7	Cachoeira Véu da Noiva
8	Capela
9	Casa Bandeirista
10	Fenda do Biquini
11	Gruta do Sertão
12	Lago Negro
13	Lagoa da Capela
14	Lagoa da Curva
15	Lagoa dos Estudantes
16	Lagoa dos Patos
17	Lagoa Seca

18	Lapinha Zezé de Oscar
19	Matriz de baixo
20	Matriz de Cima
21	Mirante do Custódio
22	Mirante da Fenda do Biquini
23	Mirante Morro do Cachorro
24	Mirante 360°
25	Morro do Cachorro
26	Museu do Chá
27	Pedra do Rato
28	Pico do Itacolomi
29	Pocinho
30	Poço da Pedra Caída
31	Ponte do Rio Belchior
32	Prainha
33	Sertão
34	Trilha da Lagoa
35	Trilha da Capela
36	Trilha do Forno
37	Trilha do Forno
38	Trilha dos Sentidos

Figura 4. Trilhas e Atrativos do PEIT.



A atividade de visitação mais comum é a caminhada (trekking), que ocorre principalmente na região entre o Manso e Pico. Mas existem diversas trilhas consolidadas, e algumas outras não oficiais, utilizadas apenas por grupos específicos como moradores locais.

A escalada é uma atividade que pode ser considerada tradicional no Parque, sendo que as primeiras vias foram conquistadas na década de 1960. Os grandes paredões rochosos são favoráveis ao esporte e atualmente existem 46 vias conquistadas, sendo que a maioria se concentra na região do Pico do Itacolomi e na região da Fazenda do Manso em direção ao Custódio. Porém, é necessário um levantamento mais aprofundado que permita identificar outros locais onde a atividade seja praticada, além da elaboração de um regulamento específico para a atividade. A tabela abaixo identifica a localização de algumas vias:

Quadro 2. Vias de escalada dos atrativos do PEIT.

Ord.	Local	Nome	Graduação	Observação
1	Pedra do Itacolomi	Via do Paulinho	6º VIIIb E2 D1, 90m	Via conquistada em 1964, proteções precárias. Necessária utilização de equipamento móvel.
2	Pedra do Itacolomi	Face Leste	4º IV E3 D1, 60m	Via conquistada em 1999, tem boas proteções fixas.
3	Pedra do Itacolomi	Variante Face Leste	5º???	Via nunca repetida.
4	Pedra do Itacolomi	Fenda Cristalizada	7º VIIIb A1 E1 D1, 70m	Via mista em contra face do Itacolomi.
5	Pedra do Submarino	Corvos		Via duvidosa, nenhum relato de repetição, ou qualquer outra informação.
6	Pontões do Itacolomi (Cachorro)			Via conquistada pelo lendário Alexandre Portela em 1992. Via mista.
7	Pontões do Itacolomi (Cachorro)			Via móvel numa fenda bem óbvia. Inicia num artificial fixo.
8	Pontões do Itacolomi (Cachorro)	Mantendo a Chama Acesa	6º VI E2 D1, 45m	
9	Pontões do Itacolomi (Cachorro)	De Volta as Origens	7º VIIIB E2 D1, 60m	Via em duas cordadas, onde a primeira é fixa, e a segunda móvel.
10	Pontões do Itacolomi (Torre Central)	Martelo Voador	5º VI ^{sup} E2 D1, 60m	Via mista no bloco a esquerda da Torre Central.
11	Pontões do Itacolomi (Torre Central)	Fenda Ouro Preto	5º VI ^{sup} E2 D1, 120m	Via numa fenda muito óbvia na parede principal da Torre Central. Via com poucas proteções fixas.
12	Pontões do Itacolomi (Torre Central)	Marrom	5º VIIa (A1) E2 D1, 60m	Via na contra face da Torre Central.
13	Pontões do Itacolomi (Torre Central)	Via do Fabinho	7º VIIIb A1+ E2 D2, 150m	Via mista feita em 4 enfiadas com técnicas variadas.
14	Baú (Bob Pai)	Queijo Suíço	V	Top rope, 10m
15	Baú (Bob Pai)	Bob Pai	VI	4 proteções, top duplo, 15m.
16	Baú (Bob Pai)	Bob Filho	VI	2 proteções, top duplo, 10m.
17	Baú (Bob Pai)	Caverninha	VIIIb	4 proteções, top duplo, 15m.
18	Baú (Bob Pai)	Não Baba Não	V ^{sup}	4 proteções, top duplo, 22m.
19	Baú (Bob Pai)	Grutinha	VII	Via móvel
20	Baú (Bob Pai)		V	3 proteções, top duplo, 15m.
21	Baú (Bob Pai)	Saara Feelins	VIIa	4 proteções, top duplo, 15m.
22	Baú (Bob Pai)	Capa do Batman	VIIIB	4 proteções, top duplo, 15m.
23	Baú (Casa do Bruce)	Esquerda Caviar	VIIa	3 proteções, top duplo, 15m. Possível melhorar proteção com equipamento móvel.
24	Baú (Casa do Bruce)	Delação Premiada	VIIa	4 proteções, top duplo, 15m.
25	Baú (Casa do Bruce)	Direita Pão com Ovo		4 proteções, top duplo, 15m.
26	Baú (Casa do Bruce)	Democracia pra que te quero?	VI ^{sup}	4 proteções, top duplo, 15m.

27	Baú (Casa do Bruce)	Baú da Felicidade	Visup	Via móvel, top duplo, 45m.
28	Baú (Positive)	Kátia Fire	IIIsup	Via móvel, top duplo, 20m.
29	Baú (Positive)	Positive Vibration	IV	5 proteções, top duplo, 20m.
30	Baú (Positive)	Couro de Elefante	VI	Via móvel, top duplo, 25m.
31	Baú (Positive)	Paquiderme	VI	Via mista, top duplo, 25m
32	Baú (Positive)	Submisso	V	Via mista, top móvel, 30m.
33	Baú (Pedra do Camelo)	Camel Back		4 proteções, top duplo, 12m.
34	Baú (Pedra do Camelo)	Camelô do Saara	V	4 proteções, top duplo, 12m.
35	Baú (Pedra do Camelo)	Lhama que é nós	V	Via móvel, top duplo, 12m.
36	Baú (Pedra do Camelo)	Tuareg Drenado	VIIa	Via móvel, top duplo, 18m.
37	Baú (Pedra do Camelo)	Camelodrama	VIIIa	6 proteções, top duplo, 18m.
38	Baú (Pedra do Camelo)	Dromedrama	VIIIb	Mesma saída da camelodrama, segue pela direita. 7 proteções, top duplo, 20m.
39	Baú (Pedra do Camelo)	Beduínos do Cerrado		5 proteções, top duplo, 18m.
40	Baú (Totem)	Carvoeiro	VII	Via móvel no sistema de fendas da face do Totem. Parada móvel, 60m.
41	Baú (Totem)	Totem e Tabú		10 proteções, top duplo, 30m.
42	Baú (Manso)	Wattsfudden	VIIb	5 proteções, top duplo, 15m
43	Baú (Manso)	Sexta feira Treze	VIIb	5 proteções, top duplo, 15m.
44	Baú (Manso)	Entrei no Inferno	VIIIc	12 proteções, top duplo, 25m.
45	Baú (Manso)	Sangue no Zóio	VIIIc	A via tem 2 partes, sendo a primeira um 7B fixo, a segunda parte da via (8C) é mista
46	Baú (Manso)	Moita	VIIa	6 proteções, top duplo, 15m.

Fonte: Fábio Melo, 2019.

Quanto à prática do ciclismo (*mountain bike*), essa se concentra na região do Manso, Morro do Cachorro e Custódio. Sendo que, a gestão da unidade acredita que o incentivo ao esporte poderá trazer muitos adeptos e, com a possibilidade de criação de um Bike Park na Fazenda do Manso, irá atender a uma demanda crescente e ao grande número de ciclistas que circulam pela fazenda.

As trilhas de maior uso são a do Mirante do Custódio e Trilha da Capela, ambas também utilizadas por caminhantes, sendo importante determinar o melhor uso ou a conciliação das atividades nessas trilhas. É uma prática muito procurada inclusive em dias de semana, principalmente por moradores locais. Durante a oficina de revisão do plano de manejo foi assinalada uma trilha, chamada Trilha do Matão, como sendo muito utilizada por ciclistas mais experientes e também motociclistas trilheiros.

Com o levantamento sobre a visitação e o Mapa Falado realizado na oficina, verificou-se que diversos atrativos e trilhas, listados no quadro 2, que não são usualmente frequentados por moradores e/ou visitantes. Vários outros acessos, que não passam pela portaria oficial, foram reconhecidos como: Pocinho-Baú-Coxinho, Garganta, Geladeira, Tombadouro (Fábrica de Tecidos), Fazenda do Cintra e Garapinha. Também foi citada uma gruta chamada Kiwa, visitada por alguns moradores e pelos participantes da Sociedade Excursionista e Espeleológica dos Alunos da Escola de Minas de Ouro Preto (SEE). Por fim, foram apontados acampamentos na área do Pico, sendo uma atividade a ser analisada e regulamentada, se for possível.

Quadro 3. Atrativos do PEIT e seus usos atuais e potenciais.

ATRATIVOS ATUAIS

Nome	Descrição	Grau de uso	Uso atual	Uso Potencial
Trilha do Forno	A trilha percorre área da Mata Atlântica com 1.200 m de extensão de fácil acesso. O caminho passa por um forno de pedra que funcionou no séc. XIX. Tema interpretativo: “A água é um recurso essencial para a diversidade dos ambientes”. A caminhada é tranquila e possui infraestrutura de apoio em lugares mais sensíveis.	Alto	Caminhada e educação ambiental	Caminhada, educação e interpretação ambiental
Trilha da Capela	Percorre uma área do parque colonizada por Candeias, com extensão de 1.400 m e de fácil acesso. É uma área de mata secundária, usada antigamente para o cultivo do chá preto. A região tem solo ferruginoso e é abundante em líquens e bromélias. Tem como tema de interpretação “A mata se recupera da ação do homem”.	Alto	Caminhada e ciclismo	Caminhada ou ciclismo (<i>mountain bike</i>) (verificar a possibilidade de compatibilizar os usos ou definir apenas uma atividade)
Trilha da Lagoa	A trilha é acessível a qualquer visitante, inclusive pessoas com dificuldade de locomoção, com caminhada tranquila e com infraestrutura de apoio em lugares mais sensíveis. Fácil acesso.	Alto	Caminhada e interpretação ambiental	Caminhada e interpretação ambiental
Mirante do Morro Cachorro	Caminho por estrada de terra até o local onde se avista as cidades de Ouro Preto e Mariana, a Serra do Caraça, o Pico de Itabirito e o distrito de Lavras Novas. Sua extensão é de 3Km ida/volta. Dificuldade média.	Médio	Caminhada, contemplação da paisagem e ciclismo	Caminhada, contemplação da paisagem e Ciclismo (verificar a possibilidade de compatibilizar os usos ou definir apenas uma atividade)
Trilha ao Mirante do Custódio	Caminhada até o ponto onde se tem visão da Represa do Custódio. Sua extensão é de 8km, ida/volta. Existe um pocinho em um ponto da trilha bom para banho. Dificuldade média.	Médio	Caminhada, contemplação da paisagem, e ciclismo	Caminhada, contemplação da paisagem, banho e Ciclismo (<i>mountain bike</i>)
Trilha Represa do Custódio	Caminhada por estrada que leva à Represa do Custódio. Sua extensão é de 20km ida/volta. Pode-se chegar até Lavras Novas. É possível se banhar na Represa. Difícil acesso.	Baixo	Mountain bike	Caminhada, banho, ciclismo e quadriciclo

Trilha ao Pico do Itacolomi	Caminha até o atrativo ícone do parque, referencial na época da exploração aurífera dos viajantes naturalistas. Extensão de aproximadamente 12 km ida/volta, grau de dificuldade médio a difícil.	Médio	Caminhada, contemplação da paisagem, escalada (clandestina)	Caminhada, contemplação da paisagem, camping, geoturismo, escalada, acampamento primitivo.
Trilha do Matão	Localizada na porção sul do parque, próximo a Lavras Novas, muito usada por moradores locais	Baixo	Ciclismo e motociclismo <i>off-road</i>	Ciclismo (<i>mountain bike</i>), motociclismo <i>off-road</i>
Trilhas Sertão/Serrinha	São várias as trilhas de acesso aos atrativos na região da Serrinha e Sertão	Médio	Caminhada, contemplação paisagem, banho	Caminhada, contemplação paisagem, banho, espeleoturismo, geoturismo
Trilha dos Sentidos	Trilha que tem o intuito de apresentar aos visitantes, novas vivências e possibilidades de conhecer e se relacionar com o mundo natural e construído a partir do uso dos sentidos. Exercita-se a curiosidade e a criatividade na busca de interações mais harmônicas com os elementos naturais e entre visitantes na aprendizagem pela experiência.	Médio	Interpretação ambiental	Interpretação ambiental, e acessibilidade

ATRATIVOS POTENCIAIS

Nome	Descrição	Grau de uso	Uso atual	Uso Potencial
Circuito Itacolomi 360°	Trilha que permeia todo o parque, sendo que a maioria dos trechos coincide com outras trilhas. Traçado em fase de estudo.		Não implementada	Caminhada de longo curso e bicicleta.
Trans-espinhaço	Trilha de longo curso que liga o Parque Estadual da Serra do Rola Moça ao Parque Nacional das Sempre-Vivas pela Serra do Espinhaço. Traçado em fase de estudo.		Não implementada	Caminhada de longo curso
Circuito de cachoeiras	Trilha que compreende a visita por três cachoeiras e um pocinho. Em todas é possível o banho.		Não implementada	Caminhada, contemplação paisagem, banho

Cachoeira do Icó	Cachoeira com duas quedas e dois poços onde é possível o banho.		Não implementada	Caminhada, contemplação paisagem, banho
Pocinho	Pocinho com água cristalina que decorre da Cachoeira do Icó localizada na Trilha do Custódio.		Não implementada	Caminhada, contemplação paisagem, banho
Cachoeira sem nome	Cachoeira com pouca profundidade, onde é possível o banho.		Não implementada	Caminhada, contemplação paisagem, banho
Bike parque	Trilha exclusiva para ciclistas com obstáculos e rampas		Não implementada	Ciclismo contemplação

De modo geral, apesar do número significativo de guias e empresas de turismo que operam na região, poucos atuam na área do Parque, sendo uma das razões para o baixo fluxo de visitantes anuais, ou talvez devido à falta de comunicação social, dentre outros fatores, mostrando a necessidade de estreitar esses laços.

O Parque é uma boa opção para quem pretende permanecer por mais tempo em Ouro Preto e Mariana e busca outros atrativos além do que as cidades já oferecem. Atualmente a divulgação ocorre principalmente através de mídias sociais, carecendo de material impresso que possa aumentar a visibilidade ao Parque e mostrar o potencial turístico junto à natureza aos visitantes das cidades do entono.

Durante a oficina foi utilizada a metodologia Forças-Oportunidades-Fraquezas-Ameaças (FOFA) no relatório de uso público do plano de manejo realizado em 2008.

A nova versão está apresentada no quadro abaixo.

Quadro 4. Forças-Oportunidades-Fraquezas-Ameaças (FOFA)

FORÇAS	FRAQUEZAS
Diversidade de atrativos naturais	Pouca divulgação, publicidade
Atrativos históricos (exe.: Fazenda São José do Manso)	Acessos não oficiais
Localização privilegiada	Não divulgação de normas
Infraestrutura no complexo da sede	Regularização fundiária.
Proposta de concessão dos serviços de visitação	Fragilidade do solo e incêndios florestais
Parcerias firmadas	Resíduos sólidos
Biodiversidade, recursos hídricos e paisagem	Equipe reduzida
Flora e fauna ricas	Monitoramento deficitário dos usos ilegais (extração de candeia, orquídeas, caça, etc.)
Atividades consolidadas, interpretação ambiental, trilhas e atrativos	Limites deficitários
Fotografia e contemplação	Falta de produtos oficiais para comercialização (bonés, camisetas, chaveiro, etc.)
Patrimônio geológico	Abertura de trilhas e atalhos
Sinalização interna	Vias de acesso em condição precária, erosão em trilhas e estradas
Equipe de guarda-parques	Ausência de outras portarias para melhor controle da visitação
Limites em definição	Relação com as comunidades
Potencial para turismo, esporte de aventura	Sinalização externa
Marco natural: Pico do Itacolomi	Falta de comunicação com os operadores turísticos
Treinamento e capacitação	Frota de veículos insuficiente
Banco de dados de visitação	Falta de recursos financeiros para manutenção
Pesquisas	
Receptividade para educação ambiental	
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
Atrativos do entorno, Região dos Inconfidentes, cidades históricas e distritos do entorno com vínculo ao PEIT	Uso e ocupação do solo/ ocupação do solo
Infraestrutura do entorno	Fiscalização do território
Patrimônio cultural	Animais soltos pastando no parque
Fluxo turístico regional	Desmatamento, queimada, eucalipto e extração de candeia
Artesanato do entorno	Poucas pesquisas relacionadas ao Turismo / Uso Público
Eventos	Sinalização externa
Mosaico de UC's	Recreação e banho em área de captação de água.
Parcerias Interinstitucionais (UFOP, IFMG, Prefeituras, Universidades), Melhor interação com entorno	Motoqueiros, jipeiros, quadriciclo e gaiolas
Envolvimento com a comunidade	Animais domésticos
	Diminuição da visitação
Mercado turístico organizado	Criminalidade
Envolvimento com a comunidade	Valores de cobrança da visitação para moradores do entorno
Transespinhaço	Torres do Morro do Cachorro
Outros segmentos turísticos (TBC, Geoturismo, turismo religioso)	Vandalismo
Atrativos do entorno fecham as segundas, e o parque poderia aproveitar essa demanda ociosa	Sinalização no Google Maps errada
Programa voluntariado	Wikiloc® e outros APPs com indicação de trilhas clandestinas
Mídias sociais	

Fonte: Oficina de revisão do plano de manejo do PEIT (2019).

A Educação Ambiental se revela como uma ferramenta efetiva para sensibilizar visitantes e estudantes quanto à importância de conservar e preservar o meio ambiente. Atualmente são realizadas atividades nas escolas tais como palestras e demonstração de ações da unidade e na UC existem várias atividades interativas para que os visitantes possam conhecer a área, como o Centro de Visitantes, Museu do Chá e Casa Bandeirista que possuem uma exposição informativa do Parque e sua história, além das trilhas interpretativas, em destaque para a trilha dos sentidos, dentre outros. A intensificação desse trabalho é de suma importância, sendo também uma ferramenta de aproximação com a comunidade do entorno.

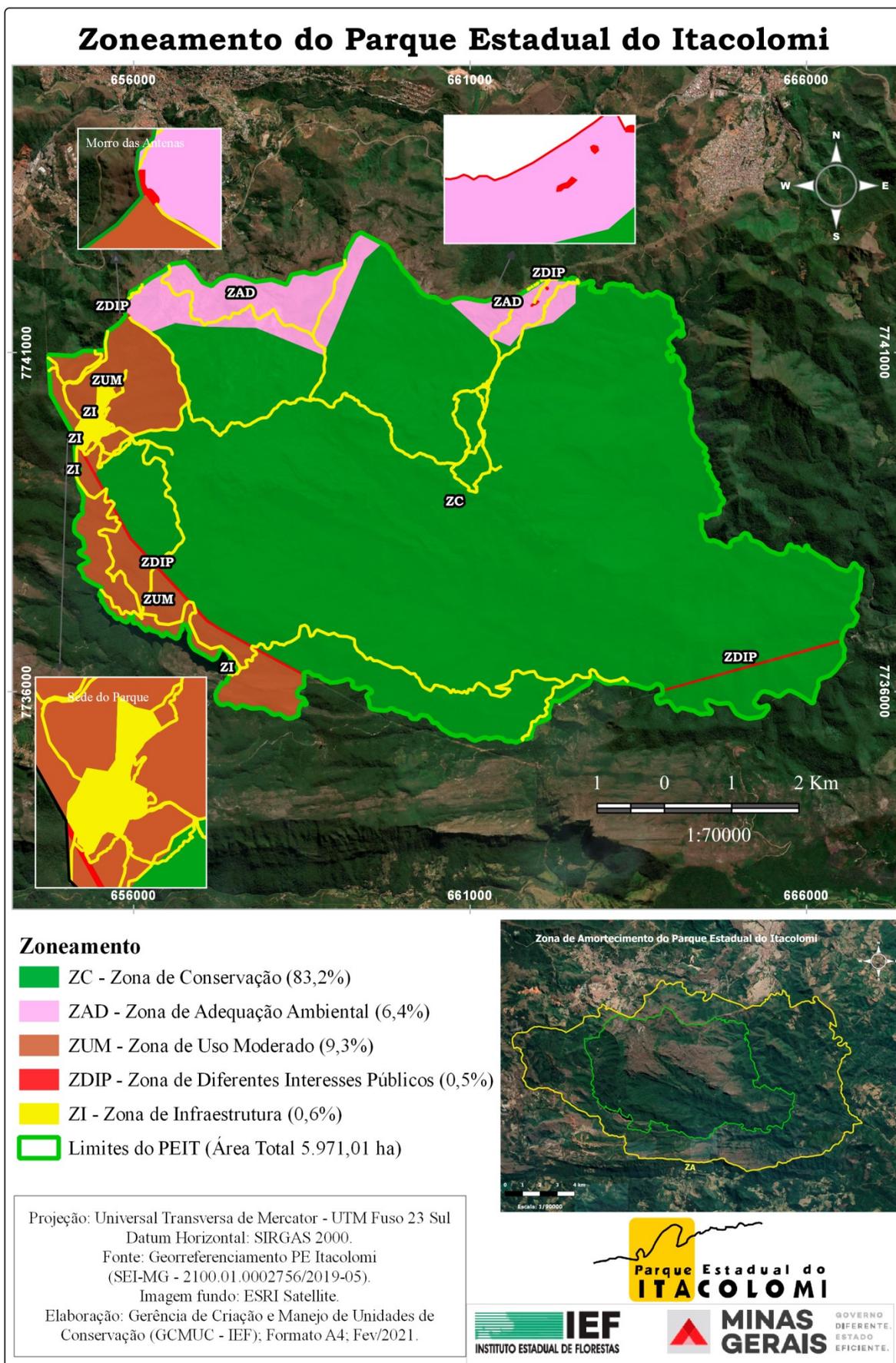
Outra grande oportunidade de atrativo e já iniciada pela gestão da unidade é valorizar as tradições locais com aproximação da comunidade através de eventos como encontro de bandas, Natal da comunidade no Parque e Intercâmbio de Saberes que busca repassar à comunidade, funcionários e acadêmicos os resultados de pesquisas realizadas na unidade.

4.2 Zoneamento

O zoneamento constitui um instrumento de ordenamento territorial, usado como recurso para se atingir melhores resultados no manejo de uma UC, pois identifica áreas com características naturais similares e finalidades que podem ser ou não complementares. Ao mesmo tempo, o zoneamento estabelece usos diferenciados para cada zona, segundo seus objetivos. Desta forma, pode-se obter maior proteção, pois cada zona será manejada seguindo-se normas para ela estabelecidas.

O novo zoneamento do PEIT foi elaborado pela equipe de planejamento em conjunto com a comunidade durante a oficina de revisão do plano de manejo realizada no Parque, conforme Roteiro Metodológico (ICMBIO, 2018). Abaixo é apresentada a definição, os objetivos e as normas de cada zona, além de uma descrição sucinta da identificação das áreas dentro da unidade e o mapa é apresentado na figura abaixo.

Figura 5. Mapa do Zoneamento.



4.2.1 Normas Gerais da Unidade de Conservação

As normas gerais são aquelas que abarcam o parque como um todo, independente da zona considerada.

- 1) A coleta, a apanha e a contenção de espécimes animais, incluindo sua alimentação, serão permitidas para fins estritamente científicos e didáticos, de acordo com projeto de pesquisa devidamente aprovado, mediante avaliação de oportunidade e conveniência, pelo órgão gestor da UC.
- 2) A reintrodução de espécies ou indivíduos, da fauna ou flora nativa, será permitida mediante projeto técnico-científico específico, autorizado pelo órgão gestor da UC, conforme regulamentação vigente.
- 3) A soltura de espécime de fauna autóctone será permitida quando a apreensão ocorrer logo após a sua captura no interior da unidade ou entorno imediato, respeitado o mesmo tipo de ambiente.
- 4) É proibida a soltura de animais exóticos e alóctones na UC.
- 5) No caso de espécies vegetais exóticas e alóctones, estas poderão ser utilizadas nos estágios iniciais de recuperação de áreas degradadas desde que comprovadamente necessárias e aprovadas em projeto específico, pela gestão da UC.
- 6) Fica proibido o ingresso e permanência na UC de pessoas acompanhadas de animais domésticos, bem como animais domesticados e/ou amansados, exceto nos casos de ocupantes de áreas não indenizadas e pessoas portadoras de deficiência acompanhada de cão de assistência.
- 7) O uso de animais de carga e montaria é permitido em caso de combate a incêndios, busca e salvamento, bem como, no transporte de materiais para áreas remotas e de difícil acesso, em situações excepcionais para proteção, pesquisa e manejo da visitação da UC e quando se tratar de acesso de ocupantes de áreas não indenizadas.
- 8) A restauração ou recuperação de áreas degradadas na UC, inclusive com o uso de defensivos agrícolas químicos (agrotóxicos e biocidas) e espécies exóticas, deverá ter projeto específico previamente aprovado pelo órgão gestor da UC.
- 9) É permitida a realização de pesquisas científicas, desde que autorizadas na forma da legislação vigente.
- 10) Para as atividades de pesquisa, onde se comprove a necessidade de fixação de equipamentos e instalações para o bom desenvolvimento do trabalho, tal previsão deve constar do pedido de autorização da pesquisa e devem ser retirados da área, uma vez findados os trabalhos e quando não for do interesse da UC.
- 11) A instalação de placas ou quaisquer formas de comunicação visual ou de publicidade e propaganda deverão manter relação direta com as atividades de gestão ou com os objetivos da UC, sem prejuízo para os casos que se aplicarem às áreas não indenizadas.
- 12) Todo resíduo gerado na UC deverá ser destinado para local adequado, conforme orientações e sinalização na UC.

- 13) O comércio e consumo de alimentos e bebidas, assim como a ingestão de bebidas alcoólicas, será permitido nas áreas de visitação na UC, em locais pré-definidos, conforme planejamentos específicos.
- 14) A realização de eventos na UC deverá seguir os procedimentos definidos em regulamentação específica.
- 15) É proibido o uso de fogo na UC, exceto nas seguintes situações: a) Em atividades da UC relativas à prevenção e combate aos incêndios florestais, desde que em concordância com o órgão gestor b) Emprego da queima prescrita, em conformidade com o estabelecido neste plano de manejo ou planejamentos específicos; c) Nas atividades de visitação, conforme previsto nas normas do zoneamento e com estrutura capaz de conter as chamas restritamente no local onde se fará uso do fogo.
- 16) É proibido o uso de retardantes de fogo para combate a incêndios florestais até que aprovado ou regulamentado pelo órgão gestor da UC.
- 17) As fogueiras e churrasqueiras deverão ocorrer nas zonas e locais previamente definidos no plano de manejo sendo elas, preferencialmente, de uso coletivo e em áreas previamente definidas pela administração da UC ou por planejamento específico.
- 18) O treinamento militar será permitido, mediante solicitação prévia e autorização da chefia da UC, desde que respeitadas as normas pertinentes e que não cause impactos à UC.
- 19) Todas as obras ou serviços de engenharia ou infraestrutura necessárias à gestão da UC devem, preferencialmente, considerar a adoção de tecnologias alternativas de baixo impacto ambiental durante a construção ou reforma, incluindo economia e aproveitamento de materiais, de água, energia (aquecimento solar, ventilação cruzada, iluminação natural), disposição e tratamento de resíduos e efluentes, harmonização com a paisagem, de acordo com as diretrizes institucionais vigentes.
- 20) Toda infraestrutura existente na UC que possa gerar resíduos e efluentes sanitários deverá contar com um sistema de tratamento adequado, evitando a contaminação do solo e dos recursos hídricos.
- 21) Quando for necessária a instalação ou melhoria de linha de distribuição de energia dentro da UC deverá ser, sempre que possível, utilizada a opção que cause menor impacto ambiental e tenha maior harmonia com a paisagem, dando-se preferência à subterrânea e sempre seguindo as diretrizes institucionais vigentes.
- 22) É permitida a instalação de infraestrutura, quando necessária às ações de busca e salvamento, contenção de erosão e deslizamentos, bem como, outras indispensáveis à proteção do ambiente da UC.
- 23) É permitida a abertura de novas trilhas e picadas necessárias às ações de busca e salvamento e de prevenção e combate aos incêndios, entre outras similares, imprescindíveis para a proteção da UC.
- 24) Não é recomendada a abertura de cascalheiras e outras áreas de empréstimo na UC, sendo que a recuperação das estradas em seu interior deverá adotar preferencialmente materiais provenientes de fora dos seus limites, materiais este com ausência de propágulos vegetais.

- 25) É proibido entrar na UC portando instrumentos próprios para caça, pesca e exploração de produtos ou subprodutos florestais, ou outros produtos incompatíveis com as condutas em UC ou que possam ser prejudiciais à flora e à fauna, exceto nas seguintes situações: a) atividades inerentes à gestão da área; b) pesquisa científica e outros casos autorizados pela administração da UC.
- 26) Os horários de funcionamento da UC serão definidos pela sua administração, que os divulgará amplamente.
- 27) O uso de *drone* (veículo aéreo não tripulado) na UC poderá ser permitido mediante autorização do órgão gestor.
- 28) É proibido retirar, mover ou danificar qualquer objeto, peça, construção e vestígio do patrimônio cultural, histórico e arqueológico da UC, exceto para fins de pesquisa ou resgate do material, de acordo com a legislação vigente e desde que com autorização da administração da UC.
- 29) O pouso e a decolagem de aeronaves dentro dos limites da UC serão admitidos para casos especiais, como situações de emergência, resgate ou atividades de proteção da UC, bem como demais casos excepcionais mediante autorização prévia da UC.
- 30) Deverão ser demolidas todas as edificações das áreas onde tenha ocorrido a regularização fundiária e retirados do interior da UC os restos da demolição, desde que não tenham significado histórico-cultural e/ou não sejam de interesse para outras ações da gestão e do manejo.
- 31) São permitidos a derrubada e o aproveitamento de árvores de espécies nativas no interior da UC desde que estas estejam colocando vidas e infraestruturas em risco, respeitadas as disposições da legislação vigente (por exemplo, Lei Florestal Estadual, Código Florestal, Lei da Mata Atlântica, etc.), o que será objeto de detalhamento em instrumentos específicos (TC, TAC, etc.).
- 32) São permitidos a derrubada e o aproveitamento de árvores de espécies exóticas no interior da UC, desde que respeitadas as disposições da legislação vigente.
- 33) É permitida a instalação de novos equipamentos e infraestrutura necessária à exploração de atividades de visitação, desde que os projetos sejam previamente autorizados pelo órgão gestor.

4.2.2 Zona de Conservação (ZC)

Descrição: É a zona que contém ambientes naturais de relevante interesse ecológico, científico e paisagístico, onde tenha ocorrido pequena intervenção humana, admitindo-se áreas em avançado grau de regeneração, não sendo admitido uso direto dos recursos naturais. São admitidos ambientes em médio grau de regeneração, quando se tratar de ecossistemas ameaçados, com poucos remanescentes conservados, pouco representados ou que reúnam características ecológicas especiais, como na Zona de Preservação.

Objetivos de manejo: Constituem-se na manutenção do ambiente o mais natural possível e, ao mesmo tempo, dispor de condições primitivas para a realização das atividades de pesquisa e visitação de baixo grau de intervenção, respeitando-se as especificidades de cada categoria.

Atividades permitidas: proteção, pesquisa, monitoramento ambiental, visitação de baixo grau de intervenção e recuperação ambiental (preferencialmente de forma natural).

Identificação das áreas: áreas de campos rupestres e floresta estacional semidecidual, principalmente nas porções central e leste do parque.

Normas da zona de Conservação:

1. As atividades permitidas nesta zona são proteção, pesquisa, monitoramento ambiental, visitação de baixo grau de intervenção e recuperação ambiental (preferencialmente de forma natural).
2. As atividades permitidas devem prever o mínimo de intervenção/impacto negativo sobre os recursos, especialmente no caso da visitação.
3. A visitação deve priorizar as trilhas e caminhos já existentes, inclusive aqueles pouco visíveis, devido à recuperação, com a possibilidade de abertura de novas trilhas quando inexistentes ou para melhorar o manejo e conservação da área.
4. É permitida nessa zona a prática de escalada que deverá ser definida em instrumento específico.
5. O pernoite em acampamento primitivo deverá ser definido em instrumento específico.
6. É permitida a instalação de infraestrutura física, quando estritamente necessárias às ações de busca e salvamento, contenção de erosão e deslizamentos e segurança do visitante, bem como outras indispensáveis à proteção do ambiente da zona.
7. É permitida a abertura de novas trilhas e picadas necessárias às ações de busca e salvamento e de prevenção e combate aos incêndios, entre outras similares, imprescindíveis para a proteção da zona e para pesquisa.
8. Para as atividades de pesquisa, onde se comprove a necessidade de fixação de equipamentos e instalações para o bom desenvolvimento do trabalho, em tal previsão deve constar do pedido de autorização da pesquisa e devem ser retirados da área, uma vez findados os trabalhos e quando não for do interesse da UC, devendo ser feita a recuperação ambiental da área, quando cabível.
9. É permitido o uso de fogareiros nas atividades permitidas nesta zona.
10. É permitida a coleta de sementes para fins de recuperação de áreas degradadas da própria UC, levando em consideração o mínimo impacto e desde que autorizada pela administração da UC.
11. O trânsito motorizado, desde que compatível com as características do ambiente, será facultado apenas quando indispensável para viabilizar as atividades de proteção, manejo e monitoramento ambiental e considerados impraticáveis outros meios.
12. É permitida a instalação de sinalização indicativa ou de segurança do visitante, desde que seja de natureza primitiva.
13. Evitar atividades e circulação de pedestres na área da Lagoa Seca e outros ecossistemas que apontem fragilidade ambiental.

4.2.3 Zona de Uso Moderado (ZUM)

Descrição: É a zona que contém ambientes naturais ou moderadamente antropizados, admitindo-se áreas em médio e avançado grau de regeneração.

Objetivos de manejo: Constituem-se na manutenção de um ambiente o mais próximo possível do natural, que pode ser conciliada à integração da dinâmica social e econômica da população residente ou usuária na UC, através do uso direto de moderado impacto nos recursos naturais, respeitando-se as especificidades de cada categoria, além da realização de atividades de pesquisa e visitação de médio grau de intervenção.

Atividades permitidas: proteção, pesquisa, monitoramento ambiental, visitação de médio grau de intervenção (com apoio de instalações compatíveis) e recuperação ambiental.

Identificação das áreas: porções oeste e sudoeste do parque, desde a sede da Fazenda do Manso até a Represa do Custódio, e o entorno da Fazenda do Manso até o Morro do Cachorro (antenas).

Normas da zona de uso moderado:

1. São atividades permitidas nesta zona: proteção, pesquisa, monitoramento ambiental, visitação de médio grau de intervenção (com apoio de instalações compatíveis) e recuperação ambiental.
2. É permitida a instalação de equipamentos facilitadores e serviços simples de apoio à visitação, sempre em harmonia com a paisagem.
3. Poderão ser instalados nas áreas de visitação (incluindo-se as trilhas e áreas para pernoite, acampamentos ou abrigos) sinalização indicativa e interpretativa, pontos de descanso, sanitários básicos e outras infraestruturas mínimas ou de média intervenção.
4. O trânsito motorizado, desde que compatível com as características do ambiente, será facultado para as atividades permitidas nesta zona, devendo ser regulamentado em instrumento específico.

4.2.4 Zona de Infraestrutura (ZI)

Descrição: É a zona que pode ser constituída por ambientes naturais ou por áreas significativamente antropizadas, onde é tolerado um alto grau de intervenção no ambiente, buscando sua integração com o mesmo e concentrando espacialmente os impactos das atividades e infraestruturas em pequenas áreas. Nela devem ser concentrados os serviços e instalações mais desenvolvidas da UC, comportando facilidades voltadas à visitação e à administração da área.

Objetivos de manejo: Constituem-se em facilitar a realização das atividades de visitação, com alto grau de intervenção, administrativas e de suporte às atividades produtivas, buscando minimizar o impacto dessas atividades sobre o ambiente natural e cultural da UC.

Atividades permitidas: proteção, pesquisa, monitoramento ambiental, recuperação ambiental, visitação com alto grau de intervenção e administração da UC. São permitidas as infraestruturas necessárias para os usos previstos nesta zona.

Identificação das áreas: Áreas de uso público e administração, incluindo centro de visitantes, museu e todas as trilhas do parque. E também duas áreas próximas das saídas do parque nas estradas da represa do Custódio (próximo ao maciço) e outra para o Tesoureiro (antigo viveiro).

Normas da zona de Infraestrutura:

1. São atividades permitidas nesta zona: proteção, pesquisa, monitoramento ambiental, recuperação ambiental, visitação com alto grau de intervenção e administração da UC.
2. São permitidas as infraestruturas necessárias para os usos previstos nesta zona.
3. Os efluentes gerados não poderão contaminar os recursos hídricos e seu tratamento deve priorizar tecnologias alternativas de baixo impacto.
4. Esta zona deverá conter locais específicos para a guarda e o depósito dos resíduos sólidos gerados na UC, até a adequada destinação.
5. O trânsito de veículos motorizados é permitido para as atividades permitidas nesta zona.
6. O uso de fogueiras nas atividades de visitação é permitido em locais predeterminados e com estrutura para conter as chamas.
7. É permitida a utilização do fogo para preparo de alimentos, exclusivamente nos locais estruturados para piqueniques e churrasqueiras.
8. Para o uso de bens e estruturas tombadas deverá ser consultada regulamentação específica do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (IEPHA).

4.2.5 Zona de Diferentes Interesses Públicos (ZDIP)

Descrição: É a zona que contém áreas ocupadas por empreendimentos de interesse social, necessidade pública, utilidade pública ou soberania nacional, cujos usos e finalidades são incompatíveis com a categoria da unidade de conservação ou com os seus objetivos de criação.

Objetivos de manejo: Constituem-se em compatibilizar os diferentes interesses públicos existentes na área, estabelecendo procedimentos que minimizem os impactos sobre a UC e ao alcance dos seus objetivos.

Atividades permitidas: atividades e serviços inerentes aos empreendimentos; proteção, pesquisa, monitoramento ambiental, recuperação ambiental; visitação com sua infraestrutura necessária, respeitadas as especificidades da UC e dos empreendimentos.

Identificação das áreas: Linhas de transmissão de energia, pontos de captação de água na Serrinha e a área das torres de antenas de telecomunicação no Morro do Cachorro.

Normas da zona de Diferentes Interesses Públicos:

1. São atividades permitidas nesta zona: proteção, pesquisa, monitoramento ambiental, recuperação ambiental, visitação e sua infraestrutura (respeitadas as especificidades da UC e dos empreendimentos), atividades e serviços inerentes aos empreendimentos.

2. Para as atividades de uso público são previstos, banhos nos poços próximos à captação, mirante nas torres de telecomunicações, trilhas na faixa de servidão da linha de transmissão, etc.
3. A manutenção das estruturas e empreendimentos, ou quaisquer outras atividades por parte dos empreendedores, deverá observar os objetivos de proteção ambiental da unidade e ocorrer com a autorização da gestão do parque.
4. A empresa responsável pela operação do empreendimento é responsável por ações preventivas e mitigadoras de impactos sobre a UC.
5. É permitida a instalação de infraestrutura para as atividades de visitação previstas.
6. As atividades e serviços que estiverem irregulares deverão ser regulamentadas.

4.2.6 Zona de Adequação Ambiental (ZAD)

Descrição: É a zona que contém áreas consideravelmente antropizadas ou empreendimentos que não são de interesse público, onde será necessária a adoção de ações de manejo para deter a degradação dos recursos naturais e promover a recuperação do ambiente ou sua restauração ecológica e onde as espécies exóticas deverão ser erradicadas ou controladas. Zona provisória que, uma vez recuperada será incorporada a uma das zonas permanentes.

Objetivos de manejo: Constituem-se em deter a degradação dos recursos naturais e, quando possível, recompor a área, priorizando a recuperação natural dos ecossistemas degradados ou, conforme o caso, promovendo a recuperação induzida ou restauração ecológica.

Atividades permitidas: proteção, pesquisa (especialmente sobre os processos de recuperação/restauração), monitoramento ambiental, recuperação ambiental (deter a degradação dos recursos e recuperar a área), restauração ecológica, e visitação de médio grau de intervenção. São permitidas as infraestruturas necessárias para os usos previstos nesta zona.

Identificação das áreas: porção norte do parque nas regiões do Calais, Fazenda Belchior e Serrinha.

Normas da zona de Adequação Ambiental:

1. São atividades permitidas nesta zona: proteção, pesquisa (especialmente sobre os processos de recuperação/restauração), monitoramento ambiental, recuperação ambiental (deter a degradação dos recursos e recuperar a área), restauração ecológica e visitação de médio grau de intervenção.
2. São permitidas as instalações de infraestruturas necessárias para os usos previstos nesta zona.
3. As espécies exóticas e alóctones introduzidas deverão ser removidas, sempre que possível.
4. A recuperação induzida dos ecossistemas e a restauração ecológica estão condicionadas a um projeto específico, aprovado pelo órgão gestor da UC.
5. A visitação não pode interferir no processo de recuperação.

6. As infraestruturas necessárias aos trabalhos de recuperação devem ser provisórias, sendo que os resíduos sólidos gerados nestas instalações deverão ser retirados pelos próprios responsáveis e transportados para um destino adequado.
7. Os equipamentos facilitadores e serviços de apoio à visitação devem ser instalados sempre em harmonia com a paisagem e desde que não seja possível sua instalação em outras zonas.
8. Todo resíduo gerado nesta zona deverá ser destinado para local adequado, conforme orientações e sinalização na UC.
9. O uso de espécies exóticas na recuperação ambiental de áreas poderá se dar mediante a autorização por projeto específico aprovado pelo órgão gestor da UC.
10. O trânsito de veículos motorizados é permitido para todas as atividades permitidas, desde que não interfira na recuperação da zona, devendo ser privilegiados os acessos já existentes.
11. Devem ser priorizadas as pesquisas científicas que tratam dos processos de recuperação.
12. O projeto definirá o método mais adequado de erradicação de espécie exótica ou alóctone, podendo incluir o uso de agrotóxicos, quando aprovado pelo órgão gestor da UC.

4.2.7 Zona de Amortecimento

Conforme Lei 9.985/2000, zona de amortecimento é “o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade”. A zona de amortecimento do PEIT foi delimitada com base nas orientações do Roteiro Metodológico (ICMBIO 2018), conforme os critérios de inclusão, exclusão e ajustes abaixo, utilizando a melhor informação disponível sobre os mapeamentos e dados geoespaciais.

Os principais critérios para delimitação da zona de amortecimento foram:

1. As bacias e sub-bacias dos cursos d'água que fluem para a unidade de conservação e divisores de água;
2. Remanescentes de ambientes naturais ou áreas naturais protegidas, com potencial de conectividade;
3. Áreas com risco de expansão urbana que possa impactar aspectos ambientais junto aos limites da UC, de acordo com os planos diretores dos municípios de Ouro Preto e Mariana;
4. Áreas com relevância ambiental em zona urbana não consolidada.
5. Ocorrência de feições geográficas e geológicas notáveis, ou aspectos cênicos, próximos à UC;
6. Limites de outras UC ou áreas protegidas contíguas à zona de amortecimento da unidade de conservação.

7. Áreas onde ocorram atividades humanas que possam comprometer os processos ecológicos essenciais à manutenção das espécies que ocorrem na unidade de conservação e aos objetivos de criação da unidade.

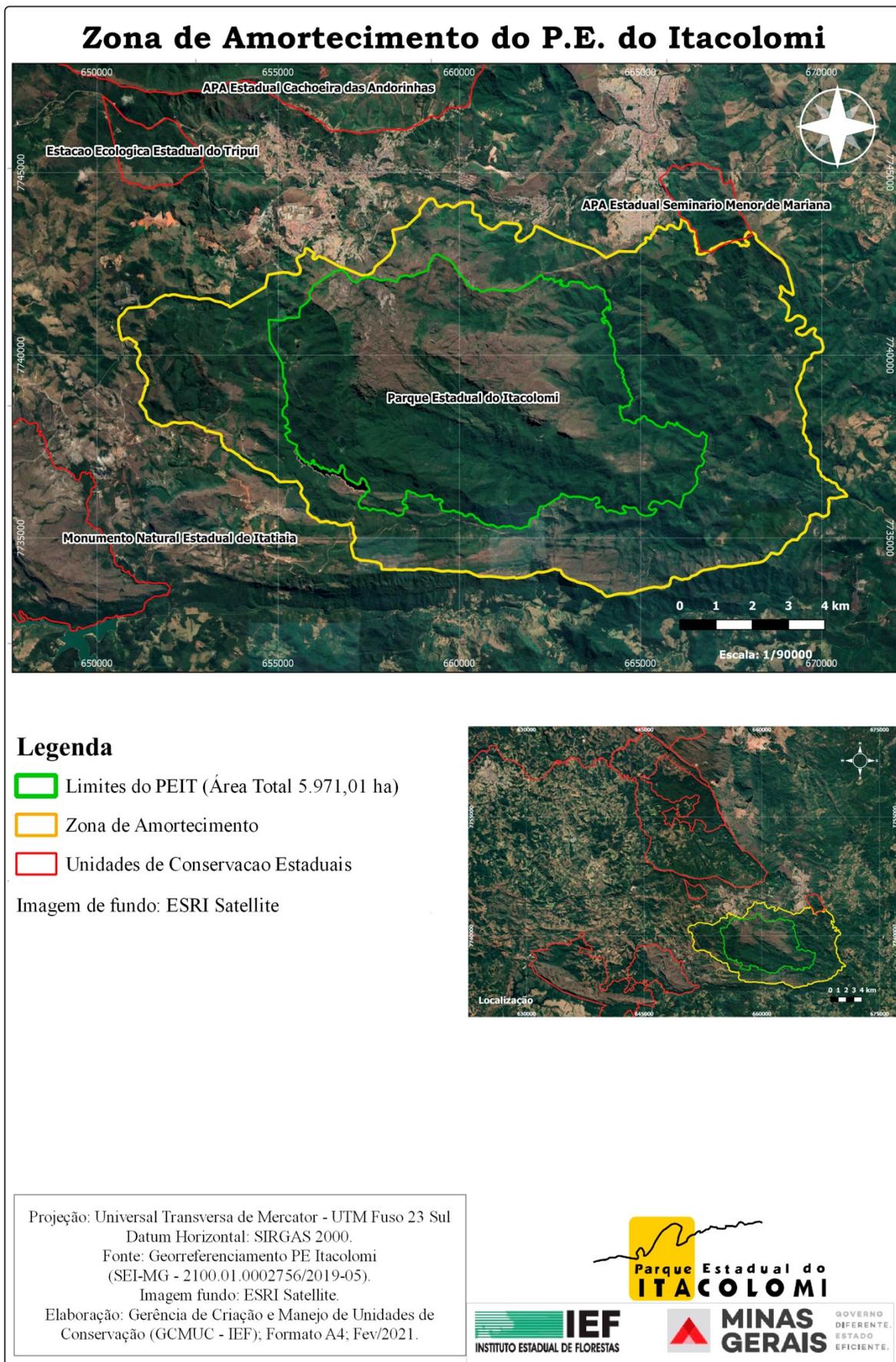
Os critérios para não inclusão na zona de amortecimento foram:

1. Áreas urbanas consolidadas definidas nos planos diretores ou legislação pertinente.
2. Áreas estabelecidas como expansões urbanas pelos Planos Diretores Municipais ou equivalentes legalmente instituídos.
3. Áreas protegidas como UC (Municipais, Estaduais ou Federais) e suas respectivas zonas de amortecimento.

Recomendações da zona de Amortecimento

1. Nos processos de licenciamento de novos empreendimentos na ZA deverão ser observados o menor grau de comprometimento da conectividade dos fragmentos de vegetação nativa.
2. Os agrotóxicos e seus afins deverão ser armazenados em local adequado, evitando que eventuais acidentes, derrames ou vazamentos, possam comprometer o solo e cursos d'água superficiais e subterrâneos.
3. Recomenda-se que o cultivo da terra seja feito de acordo com as práticas de conservação do solo orientadas pelos órgãos oficiais de assistência técnica e extensão rural.
4. Todo empreendimento turístico implantado ou a ser implantado na ZA deverá atender às normas sanitárias e de proteção dos recursos naturais, bem como as deste Plano de Manejo;
5. A averbação de reservas legais das propriedades, quando possível, serão localizadas junto ao limite da unidade para manter a conectividade entre os ambientes naturais.
6. Aos proprietários/moradores, que desenvolvem atividades agropecuárias, recomenda-se buscar orientação e auxílio dos órgãos competentes sobre técnicas agrícolas e pecuárias de produção sustentável e com mínimo impacto;
7. Recomenda-se que as instalações de empreendimentos ou residências na ZA tenham adequados sistemas de tratamento e disposição de efluentes e de resíduos;
8. Os licenciamentos ambientais devem atender ao Decreto Estadual nº 47.941 de 07 de maio de 2020, ou legislação vigente.

Figura 6. Mapa da Zona de Amortecimento.



4.3 Programa de Uso Público

Diante do diagnóstico atualizado e do novo zoneamento apresentado, pretende-se estabelecer recomendações com o objetivo de auxiliar na implantação e o ordenamento do uso público do Parque. A execução destas recomendações dependerá da análise da viabilidade e oportunidade de execução por parte da administração da UC.

O Programa de Uso Público contempla duas vertentes importantes em uma unidade de conservação e apresenta diretrizes para o desenvolvimento de ações de uso público e de educação ambiental e patrimonial. Buscam-se também, estratégias para o fortalecimento do turismo da região, expandir a qualidade na experiência dos visitantes, a sensibilização ambiental e patrimonial e a boas práticas para o mínimo impacto sobre os recursos naturais.

Em uma unidade de conservação deve-se procurar sempre desenvolver atividades que tragam as comunidades e os usuários para dentro da mesma, de modo tal que seja inculcido nas pessoas o sentimento de pertencimento do espaço protegido.

Abaixo serão relacionados, com diretrizes gerais, os subprogramas para o uso público.

4.3.1 Subprograma de Visitação

Este subprograma tem por objetivo estabelecer estratégias de fortalecimento do turismo na UC, integração de ações com outros programas e projetos na região, ampliar a divulgação do destino turístico, bem como a orientação turística como forma de garantia da conservação de seus recursos naturais e histórico-culturais, a sensibilização dos visitantes para com a natureza e o retorno de benefícios para as populações locais.

Serão apresentadas possíveis atividades de lazer para cada atrativo, compatibilizando seu uso e conservação. Acredita-se que a diversificação das atividades possa contribuir com a maior satisfação dos visitantes e a consequente dispersão destes por outras áreas da unidade, minimizando assim os possíveis impactos causados pela aglomeração de pessoas em um mesmo local, além de enriquecer a experiência do visitante e favorecer a sensibilização ambiental. Busca-se ainda orientar quanto à necessidade de regulamentar as atividades de ecoturismo e esportes de aventura, visando aliar conservação, segurança, conforto e satisfação dos visitantes.

4.3.1.1 Planejamento da visitação

Como já demonstrado no diagnóstico, o Parque possui uma extensa malha de trilhas e atrativos não contemplados na versão anterior do plano de manejo, porém bastante conhecidas e muitas vezes já frequentadas pelos visitantes.

Cabe destacar que esta versão de parte do plano de manejo não irá definir a regra e os procedimentos para a regulamentação das atividades esportivas e recreativas. As situações e evolução dessas práticas são dinâmicas, além de grande parte das atividades ainda estarem em caráter experimental no ambiente de gestão da unidade. Será importante, por parte da gestão do Parque, a construção de parcerias junto às associações representativas de cada segmento (motociclistas *off-road*, ciclismo, escalada, etc.) a fim de auxiliar o processo de ordenamento destas atividades no interior da UC.

Assim também, considerando que o manejo de trilhas é parte importante da gestão, a quantidade e o trajeto das trilhas poderão sofrer alterações, com possibilidade de abertura para

novas trilhas, ou novos traçados, desde que estabelecidas com critério técnico e submetidas à aprovação do Núcleo Regional de Biodiversidade Centro Sul, Gerência de Criação e Manejo de Unidades de Conservação/DIUC e Conselho Consultivo da UC. Essa possibilidade de manejo para a gestão da UC, objetiva promover sempre a melhor prática para a proteção da área e também para a acessibilidade dos visitantes.

Além destas premissas, serão indicados os potenciais locais para a realização destas atividades. Importante destacar que estes locais são dinâmicos, ou seja, podem ser alterados de acordo com a necessidade de gestão da UC, seja por motivos de segurança, pela fragilidade do ambiente ou até mesmo por surgir uma atividade nova não contemplada neste documento. A gestão da UC deve estar atenta a esses aspectos, monitorando-os, para atualização do plano caso necessário. O Parque Estadual do Itacolomi está no planejamento da trilha de longo percurso Transespinhaço, interligando importantes áreas protegidas ao longo da Serra do Espinhaço e Quadrilátero Ferrífero. Regulamentar as atividades já praticadas no Parque, bem como implementar trilhas de longo percurso interligando várias UC's, turistas e comunidades é de fundamental importância, sendo uma ferramenta estratégica de gestão da unidade.

A implantação do uso público, com sinalização e manejo adequado nas trilhas e atrativos, permite reduzir os impactos ambientais que podem ser causados pela visitação desordenada. Além disso, o ordenamento e a promoção da visitação proporcionarão maior segurança e eficácia nos combates a incêndios e inibirá a atuação de infratores. O quadro 2, apresenta os atrativos do Parque identificados até o momento, os usos atuais e potenciais, que poderão ser realizados. Há ainda o interesse de se implementar um *Bike Park* em local ainda a ser definido, a fim de fomentar ainda mais o ciclismo no Parque, bem como outras estruturas que potencializem ainda mais a visitação no Parque.

Outro ponto a ser abordado é a operacionalização de serviços de apoio à visitação no Parque, sendo fundamental para o alcance do objetivo de promoção de lazer em meio à natureza para a sociedade. São exemplos desses serviços: restaurante, lanchonete, meios de hospedagem, loja de souvenirs, atividades de aventura, etc. Tais serviços, ao mesmo tempo em que são essenciais para a visitação pública, extrapolam a experiência e a atividade fim do órgão gestor da UC.

Para suprir esta necessidade, o órgão gestor pode estimular que parceiros privados sejam responsáveis pela condução daqueles serviços, sempre considerando a capacidade de execução e atendimento aos padrões de qualidade exigidos pela UC. Existem vários modelos de parcerias privadas que podem ser aplicados, dentre os quais se destacam: as terceirizações de serviços de forma isolada, as permissões e as concessões administrativas onerosas.

A definição do melhor modelo a ser aplicado na unidade deverá ser precedida de estudos técnicos, jurídicos e econômicos, respeitando-se todos os procedimentos previstos na legislação vigente.

4.3.1.2 Implantação de estruturas de apoio à visitação

Para que o ordenamento da visitação tenha o efeito esperado, é importante a estruturação dessas áreas de apoio. Conforme discutido em oficina e disposto no Quadro 5, algumas áreas foram apontadas como importantes e interessantes de se estruturar, conforme zoneamento proposto. Sendo possível também identificar outras intervenções necessárias ao longo do tempo. No entanto, a viabilidade e adequação técnica-ambiental, deverão ser estudadas por equipe especializada.

Quadro 5. estruturas de apoio à visitação.

Tipo de estrutura	Locais do Parque
Guarita/Portaria	Serrinha e Represa do Custódio.
Sinalização externa	Trilhas e rodovias de acesso ao parque
Sinalização interna	Todas as trilhas, estradas, atrativos e equipamentos
Área de camping (estudar viabilidade)	Represa do Custódio e Pico do Itacolomi
Manutenção das estradas	Estrada Portaria/Fazenda do Manso, Estrada Custódio/Fazenda do Manso, acesso à Capela, Estrada do Morro do Cachorro
Estruturação e manejo das trilhas e atrativos (corrimão, escada, contenção de erosões, etc.)	Todos os atrativos e trilhas, conforme necessidade. Rever traçado da trilha Pico do Itacolomi, evitando-se passar pela Lagoa Seca

4.3.1.3 Monitoramento dos impactos da visitação

Considerando a premissa de que a maior parte dos impactos não é decorrente da quantidade de visitantes, mas sim do seu comportamento, o fator chave do trabalho será a definição e o monitoramento de indicadores de impactos da visitação na qualidade do ambiente e, acessoriamente, da experiência do visitante. O monitoramento permitirá identificar alterações na qualidade do ambiente e da experiência, demonstrando quando ações de manejo serão necessárias.

O fator “capacidade de suporte”, ou de carga, não está sendo adotado, haja vista, que diversos estudos recentes tem demonstrado que este indicador pode ser subjetivo, pouco aplicável e, muitas das vezes, não reflete a realidade de gestão das UC’s brasileiras, frente à dificuldade do controle pela falta de infraestrutura e de recursos humanos.

Para a realização do monitoramento recomenda-se um estudo fundamentado no “*Roteiro Metodológico para Manejo de Impactos da Visitação com Enfoque na Experiência do Visitante e na Proteção dos Recursos Naturais e Culturais*” (ICM BIO, 2011), ou em outra metodologia que se mostre condizente com a realidade da unidade de conservação.

4.3.1.4 Propostas de Ações de Manejo e Gestão

Objetivo estratégico: Fortalecer o turismo.

Quadro 6. Ações de Manejo e Gestão.

Diretrizes de planejamento e gestão	Nível de Prioridade		
	Alta	Média	Baixa
Elaborar projeto específico de visitação turística para ordenamento e monitoramento da visitação	x		
Regulamentar a visitação do parque e atividades de esporte de aventura	x		
Complementar a sinalização interna e externa do parque		x	
Realizar manejo e monitoramento das trilhas e atrativos		x	
Comunicação e cooperação com os operadores turísticos (<i>trade</i>)		x	
Retomar o funcionamento do restaurante e implantar outros equipamentos turísticos		x	
Implantar estruturas de apoio à visitação			x
Realizar um projeto específico de comunicação social do parque			x
Estudar uma proposta emergencial de controle dos acessos ao parque	x		
Estabelecer acordo com proprietários das áreas que ainda não se encontram regularizadas.		x	

4.3.2 **Subprograma de Educação e Interpretação Ambiental**

Um dos objetivos da Lei nº 9.985/2000 (SNUC) é favorecer condições e promover a educação e a interpretação ambiental (Artigo 4º inciso XII). O objetivo do subprograma é propiciar mudanças de comportamento e na qualidade de vida dos usuários do PEIT, bem como, fortalecer a identidade social por meio da apropriação consciente e do uso sustentável do patrimônio ambiental e histórico-cultural da região. A interpretação ambiental está baseada na maneira de perceber o mundo e no uso dos sentidos, na motivação para a observação do espaço, no qual o homem está inserido e no enriquecimento das vivências pessoais, através do contato com as paisagens naturais e construídas (Projeto Doces Matas, 2002). É importante que o parque dê maior ênfase à aproximação com as comunidades de entorno e os visitantes, por meio de projetos educacionais que busquem a sensibilização dos indivíduos quanto às questões ambientais que afetem a própria realidade do parque.

A interpretação ambiental é um conjunto de estratégias de comunicação destinadas a revelar e traduzir os significados dos recursos ambientais, históricos e culturais, a fim de provocar conexões pessoais entre o público e o patrimônio protegido. Também é uma ferramenta de grande potencial de sensibilização e aproximação com a sociedade. Realizada de forma planejada e estruturada, a interpretação ambiental contribui para o fortalecimento da compreensão sobre a importância da UC e transforma a visita em uma experiência enriquecedora e agradável (ICMBIO, 2018).

De acordo com a Lei Federal nº 9.795/1999, a modalidade de educação ambiental (EA) relacionada às unidades de conservação é a Educação Ambiental Não-Formal, que em seu artigo 13º define como as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente. E ainda, que é dever do Poder Público incentivar:

- 1) A difusão, por intermédio dos meios de comunicação de massa, em espaços nobres, de programas e campanhas educativas, e de informações acerca de temas relacionados ao meio ambiente;

- 2) A ampla participação da escola, da universidade e de organizações não governamentais na formulação e execução de programas e atividades vinculadas à educação ambiental não formal;
- 3) A participação de empresas públicas e privadas no desenvolvimento de programas de educação ambiental em parceria com a escola, a universidade e as organizações não governamentais;
- 4) A sensibilização da sociedade para a importância das unidades de conservação;
- 5) A sensibilização ambiental das populações tradicionais ligadas às unidades de conservação;
- 6) A sensibilização ambiental dos agricultores;
- 7) O ecoturismo.

No plano de manejo anterior e na oficina de revisão do plano foi possível verificar alguns subsídios para o posterior planejamento de ações de educação ambiental não formal e interpretação ambiental na UC. Estes subsídios serão um referencial para a elaboração de planos, produtos e serviços interpretativos.

4.3.2.1 Propostas de Ações de Gestão

Objetivo estratégico: Promover a educação ambiental não formal e interpretação ambiental.

Quadro 7. Ações de Gestão.

Diretrizes de planejamento e gestão	Nível de Prioridade		
	Alta	Média	Baixa
Elaborar projeto específico de interpretação ambiental com comunidades, visitantes e outros.	x		
Fortalecer as parcerias com as escolas locais e outros atores		x	
Elaborar material de educação ambiental não formal		x	
Desenvolver ferramentas de avaliação das ações de Educação Ambiental			x
Elaborar e implementar programação/calendário de eventos culturais, pedagógicos, científicos, etc.	x		

Para isso podem ser utilizados métodos em grupos de educação ambiental não formal como:

- 1) reunião,
- 2) palestra,
- 3) seminário,
- 4) simpósio,
- 5) painel,
- 6) dia de campo,
- 7) minicurso, etc.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revisão do plano de manejo objetivou a atualização do zoneamento e do uso público. Foram traçadas novas diretrizes para os programas de uso público e apontados os planejamentos específicos mais importantes a serem desenvolvidos a partir de então.

O novo zoneamento trouxe uma padronização da nomenclatura das zonas, conforme novas orientações do órgão federal.

A demanda por práticas esportivas foi contemplada nas diretrizes dos programas bem como, a abertura de trilhas e novos atrativos que irão proporcionar novas experiências e diversificar o público.

O Brasil se apresenta como um grande potencial turístico na área ambiental e é necessário irmos ao encontro da atual tendência que é abrir os Parques e permitir que a sociedade usufrua de todas as belezas que existem nas unidades de conservação pelo país, além de oferecer aos turistas uma experiência que os faça valorizar essas áreas como importantes para manutenção dos seus ecossistemas e seus serviços ambientais que favorecem a qualidade de vida de todas as populações.

A equipe coordenadora, que se dedicou à elaboração do trabalho ora apresentado, agradece a todos os profissionais do IEF, comunidades do entorno, frequentadores assíduos do parque, representantes da área turística de Ouro Preto e Mariana, conselheiros consultivos e a todos que de uma forma ou de outra participaram da elaboração deste importante documento.

6 BIBLIOGRAFIA

DRUMMOND, G.M.; MARTINS, C. S.; MACHADO, A.B.M.; SEBAIO, F. A. & ANTONINI, Y. (org.) 2005. Biodiversidade em Minas Gerais: um atlas para sua conservação. Fundação Biodiversitas. 222p.

IBAMA, MMA, 2002. Roteiro Metodológico de Planejamento: Parque Nacional, Reserva Biológica, Estação Ecológica.

ICMBIO. Roteiro Metodológico para Manejo de Impactos da Visitação: com Enfoque na Experiência do Visitante e na Proteção dos Recursos Naturais e Culturais. ICMBIO, 2011.

ICMBIO. Roteiro Metodológico para Elaboração e Revisão de Plano de Manejo de Unidades de Conservação Federais. 2018.

IEF, 2008. Plano de Manejo do Parque Estadual do Itacolomi, Minas Gerais, Brasil. Belo Horizonte.

IEF, 2016. Revisão do Uso Público do Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra do Papagaio, Minas Gerais, Brasil. Belo Horizonte.

IEF, 2018. Planejamento Estratégico do Plano de Manejo do Parque Estadual Serra do Intendente e do Parque Natural Municipal do Tabuleiro, Minas Gerais, Brasil. Belo Horizonte.

PROJETO DOCES MATAS. Manual de Introdução à Interpretação Ambiental. Belo Horizonte, 2002.

7 ANEXOS

7.1 Mapa do Zoneamento (A3)

7.2 Mapa dos Atrativos e Trilhas (A3)

7.3 Relatório da Oficina

Oficina de revisão do plano de manejo do PEIT

No dia 24 de outubro de 2019 foi realizada a oficina de revisão do plano de manejo do Parque Estadual do Itacolomi, especificamente para os temas uso público e zoneamento.

Foram convidados diversos atores representativos referentes aos temas a serem discutidos, dentre eles: Prefeituras Municipais de Mariana e Ouro Preto, escaladores, ciclistas, universidades, associações de moradores do entorno, profissionais da área ambiental, conselho consultivo, gerentes das UCs do entorno e associações de guias.

Para a oficina foi estabelecido um cronograma com atividades participativas para entender a realidade da UC sob os olhares dos participantes e quais as suas aspirações. Foram apresentadas as propostas de zoneamento interno da UC, bem como da sua zona de amortecimento.

A seguir, iremos apresentar os resultados da oficina para registro.

7.4 Mapa Falado

7.4.1 Grupo 1 – Carlos, Bernardo, Maria Rita, Juarez, Marcos, Klaus, Custódio.

7.4.1.1 Atrativos e atividades:

- Cachoeira dos Prazeres;
- Cachoeira dos Macacos: perto do Custódio, acesso pela Trilha do Matão, tem poço pequeno;
- Trilha do Matão: 10 km até ponte e 17 Km de extensão total; confluência dos rios Belchior com Maynard; (Juarez);
- Itacolomi 360° emenda a Trilha do Matão, passando pelo Sertão com destino a Serrinha;
- Sertão: (ETA Sul dá acesso), grutas;
- Serrinha: Portaria em Mariana afastada da captação de água, e perto das escarpas e da ETA em Passagem de Mariana;

7.4.1.2 Problemas e conflitos:

- O PEIT tem muitas entradas e pouco controle da visitação;
- Lavras Novas é um grande ponto de entrada e atrai muitos turistas; quadriciclo gera demanda; necessária uma Portaria no Custódio;
- Ocupação desordenada na ZA, Pocinho (captação), Vila Itacolomi, Itaunense, em OP; Serrinha Vila Serrinha, Cabanas, Vietnã, N. S. Carmo, Cintra; (Pocinho, Baú, Cochinho);
- Caça, coleta de arnica, candeia e orquídeas;
- Preço do ingresso (R\$10,00) para comunidade do entorno é caro;
- Falta de restaurante e lanchonete;
- Entradas: Pocinho-Baú-Cochinho, Garganta, Geladeira, Tombadouro (Fábrica de Tecidos) e Fazenda do Cintra, Garapinha.

7.4.1.3 Sugestões e potencialidades:

- Tirolesa é atrativo importante;
- Divulgação, redes sociais, observação de pássaros;
- Trilha da Mata, forno, tanques, captação na lagoa Preta (Lago Negro) acesso para o deck no Morro do Cachorro.

7.4.2 Grupo 2 – Apolyane, Hugo, Alberto, João Marcos, Daniel, José Augusto.

7.4.2.1 Atrativos e atividades:

- Sertão: grutas pouco visitadas porque não há sinalização e difícil acesso; gruta Quiva (ou Kiva) perto do pico;
- Ciclismo: da Portaria até o Manso na estrada de baixo que é mais suave; Trilha da capela, Trilha do Custódio (via pocinho), estrada Manso-Custódio um pouco menos (usada também para manutenção da linha de transmissão);
- Lagoa da Capela muito usada para banho, mas a cobrança de ingresso reduziu o público local (R\$10,00 fim de semana e R\$2,00 dias uteis);
- Trilha do Matão, sentido Usina do Funil, muito bonita, bem marcada e antiga;
- Escalada: Pico, Calais (Calaes) e Pedra do Porco;

7.4.2.2 Problemas e conflitos:

- Trilha do Calais (Calaes) perto do hospital é a mais usada pelos caminhantes de OP; e Trilha da Fábrica de Tecidos também, mas um pouco menos (via Cooperovo);
- Trilha do Matão (ciclismo e moto, mas difícil percurso) não tem manutenção por parte do Parque; motociclistas que limpam a trilha de galhos e arvores;
- Escalada: tem comportamento ético por parte dos praticantes “raiz”; tem modalidades diferentes, as vias são batizadas e calculadas para minimizar os riscos; a abertura de vias deve ser estudada; não há necessidade de abrir mais, as que existem devem ser avaliadas para manutenção da atividade; existem mais de 50 vias de escalada no interior ao PEIT;

- Incêndios na porção norte nos limites com Mariana e Ouro Preto, acompanhando a rodovia;
- Extração de candeias na Serrinha até o Sertão, e próximo ao Sibrão (Cibrão); extração de orquídeas também;
- Acessos não regularizados na Serrinha, Calais (Calaes) e Lavras Novas (Custódio e Tesoureiro);

7.4.2.3 Sugestões e potencialidades:

- Escalada regularizada pode seguir modelo do PE Sumidouro; guia com croquis das vias de escalada do Parque; existe demanda para o turismo de esportes radicais: um dos 3 eventos de escala mais importantes do Brasil acontece nas Andorinhas; GT escalada (oficina para elaboração do planejamento específico);
- Existem normas técnicas para a atividade; normas legais podem ser implementadas por Portarias IEF; a responsabilização pelo risco de acidentes pode ser suprida por Termos de Responsabilidade ou de Compromisso;

7.4.3 Grupo 3 – Rafael, Daniela, Cleide, José R., Gustavo, Dario, Lúcia, Ricardo.

7.4.3.1 Atrativos e atividades:

- Caminhadas, ciclismo, escalada, montanhismo, competições esportivas, educação ambiental, ecoturismo, eventos (aniversários e confraternizações), capacitações, reuniões e treinamentos, etc.;
- Trilha do Calaes integrante da região do Itacolomi; Sibrão tem atrativos, mas é área mais preservada e não foi tratada;
- Público: estudantes (escolas e universidades), moradores, excursionistas e turistas;
- Gruta Kiva (ou Quiva?) perto do pico;

7.4.3.2 Problemas e conflitos:

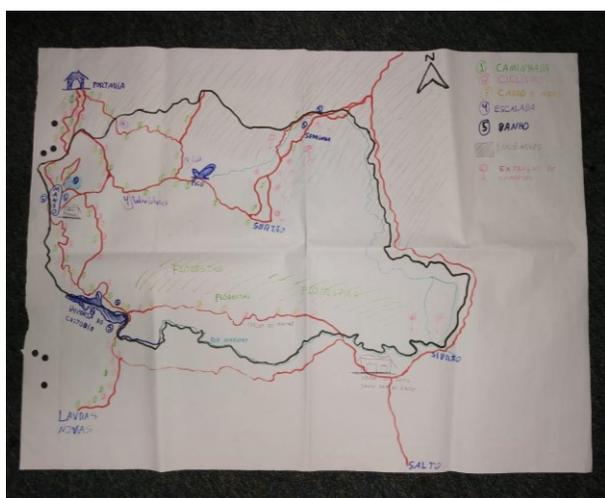
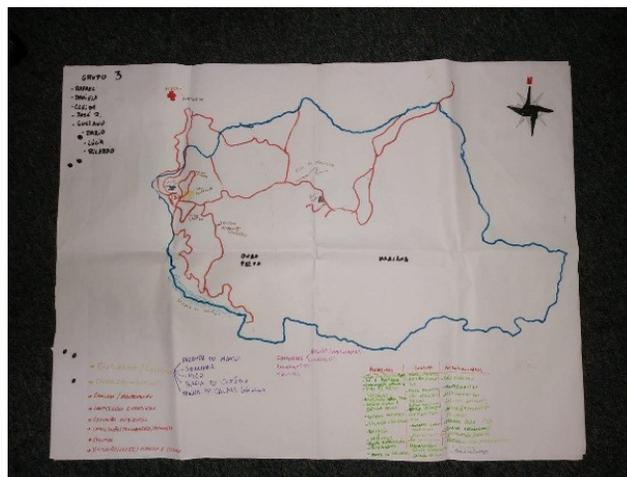
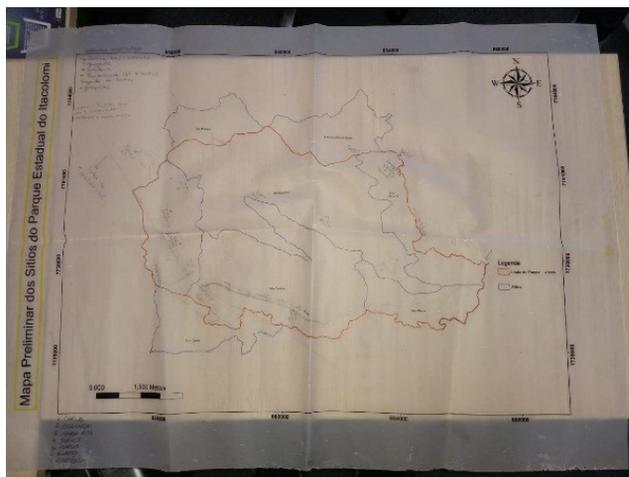
- Falta de cooperação das Prefeituras;
- Apenas uma portaria funcionando; entradas clandestinas; vias de acesso precárias e sem manutenção (estradas e trilhas); falta restaurante e lanchonete;
- Comunicação interna falha entre equipe, guarda-parques, (radio comunicadores);
- Necessária recuperação de áreas degradadas, principalmente por erosões;
- Coleta de flora (candeia, orquídeas e bromélias) e caça e captura de fauna;
- Visitação não guiada; falta sinalização (trilha do Calais e da Fábrica de Tecidos);
- Invasão (especulação imobiliária e loteamentos irregulares); incêndios; arrombamento de cercas;
- Falta de divulgação da UC (*marketing*);
- Falta de recursos humanos, materiais e financeiro;
- Valor do ingresso, gratuidade para comunidade, tarifas mais amenas para visitantes frequentes;
- Questão fundiária e falta de regularização do parque;

- Quadriciclos e motos causando erosão principalmente perto de Lavras Novas; relação com o *trade* (mercado) turístico;
- Presença de animais domésticos: cavalgadas, gado e cachorros principalmente; turismo equestre tem impactos como fezes dos cavalos, erosão e compactação do solo;
- Acampamentos irregulares com ou sem barraca, no Pico, Calais (nos pocinhos), Serrinha, Sertão, etc.; resíduos e efluentes (garrafas, lixo, etc.);

7.4.3.3 Sugestões e potencialidades:

- Geoturismo: nicho de mercado estudado pelo Serviço Geológico do Brasil (CPRM), “é o turismo que observa rochas e minerais, água, solos e relevo e interpretação com olhar científico”; PEIT tem alto potencial geoturístico; candidato na UNESCO a Geoparque Quadrilátero Ferrífero; Referências: dissertação da Mariana Pereira Ostanello, e artigos de Ricardo Fonseca Filho;
- Montanhismo: caminhada, escalada, *slackline* e *highline*, rapel em cachoeiras, canionismo; Transespinhaço; montanhismo ético (Pegada ecológica) não deixa resíduos (shit-tube);
- Ciclistas na trilha do Pico pelo Calais não é comum, porque é um *downhill*;
- Espeleoturismo: gruta Kiva e outras que são de difícil acesso;
- Eventos noturnos: alternativa de camping no alto da serra em noites de lua cheia; observação astronômica;
- Ampliação da divulgação de pesquisas; os trabalhos não são divulgados pelos pesquisadores para a UC;
- Trilhas para PCD (pessoas com deficiência);
- Cursos, treinamentos, capacitação de empresas, dinâmicas de grupo, etc.;
- Mais Portarias em pontos estratégicos, como no Custódio e Passagem de Mariana;
- Museu do Chá integra Circuito de Museus de OP e é parte importante do turismo cultural, assim como Casa Bandeirista;
- Turismo náutico na represa do custódio e nas lagoas do parque, *stand-up paddle*, canoagem, boia *cross*, etc.
- Fazer estudo de capacidade de carga das trilhas, como Lagoa Seca é muito suscetível a impactos; mas as entradas irregulares dificultam o controle;
- Capela de São José e turismo religioso, festa de São José, CRER (Caminho Religioso da Estrada Real)

7.4.4 Fotos



7.4.5 FOFA e Propostas de Ações

FORTALEZAS	FRAQUEZAS
Diversidade de atrativos naturais	Pouca publicidade
Atrativos Históricos (por ex.: Fazenda São José do Manso)	Acessos não oficiais
Localização privilegiada	Não divulgação de normas
Infraestrutura do PEIT (complexo da sede)	Regularização fundiária.
Proposta de concessão dos serviços de visitação	Fragilidade do solo/ incêndios florestais
Parcerias firmadas	Resíduos sólidos
Biodiversidade, recursos hídricos e paisagem	Equipe reduzida
Flora e fauna ricas	Monitoramento deficitário dos usos ilegais (extração de candeia, orquídeas, caça, etc.)

Atividades consolidadas / Interpretação Ambiental/ Trilhas e atrativos	Limites deficitários
Fotografia e contemplação	Falta de produtos oficiais para comercialização (bonés, camisetas, chaveiro, etc.)
Patrimônio geológico	Abertura de trilhas e atalhos
Sinalização interna	Erosão em trilhas e estradas, com vias de acesso precário
Equipe de guarda parques	Ausência de outras portarias para melhor controle
Limites em definição	Relação com as comunidades
Potencial para truísmo, esporte de aventura	Sinalização externa
Marco natural: Pico do Itacolomi	Falta de comunicação com o trade turístico
Treinamento e capacitação	Frota de veículo insuficiente
Banco de dados de visitação	Falta de recurso para manutenção
Pesquisa	
Receptividade para educação ambiental	
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
Atrativos do entorno, região dos inconfidentes, cidades históricas e distritos do entorno com vínculo ao PEIT	Uso e ocupação do solo/ ocupação do solo
Infraestrutura do entorno	Fiscalização do território
Patrimônio cultural	Animais soltos pastando no Parque
Fluxo turístico regional	Desmatamento, queimada, eucalipto e extração de candeia
Artesanato do entorno	Poucas pesquisas relacionadas ao Turismo / Uso Público
Eventos	Sinalização externa
Mosaico de UCs	Recreação e banho em área de captação
Parcerias Interinstitucionais (UFOP, IFMG, Prefeituras, Universidades) / Melhor interação com entorno	Motoqueiros, jipeiros e quadriciclo, gaiolas
Envolvimento com a comunidade	Animais domésticos
	Queda da visitação

Mercado turístico organizado	Criminalidade
Envolvimento com a comunidade	Valores de cobrança da visitação para moradores do entorno
Transespinhaço	Torres do Morro do Cachorro
Outros segmentos turísticos (TBC, Geoturismo, turismo religioso)	Vandalismo
Atrativos do entorno fecham as segundas, e o Parque poderia aproveitar essa demanda ociosa	Sinalização no Google Maps equivocada
Programa voluntariado	Wikiloc e outros APPs com indicação de trilhas clandestinas
Mídias sociais	

Grupo 1

FORTALEZAS	FRAQUEZAS	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
Diversidade de atrativos naturais	Pouca publicidade, apesar de ainda não ser o momento adequado.	Atrativos do entorno, cidades históricas e distritos do entorno com vinculo e o ter. Infra-estrutura do entorno.	ocupação do solo por invasão
Atrativos Históricos (ex: Fazenda São José do Manso) e Casa Branca de Itacolomi	Visitação clandestina por diversas entradas.	Infra-estrutura do entorno.	Falta de fiscalização do território
Museu do Clima e Arqueológico	Não divulgação de normas em todo o território do PEIT.	Cultura da região	Animais soltos pastando na área do parque
Infra-estrutura do PEIT (complexo da sede)	Regularização fundiária.	Fluxo turístico regional	Carvão / desmatamento
Parcerias com prefeituras, e diversas instituições em o portuvidade	Incondições de funcionamento do solo.	O parque divulgar o artesanato como um dos pontos de destaque do parque e de região - mais projeto promotiva trazer eventos no o parque	Poucas pesquisas relacionadas ao turismo / Uso Público
Flora e fauna, rios paisagem, ruínas históricas	Falta de funcionalidades e outros serviços de manutenção e conservação de áreas de conservação	Parcerias / Melhor interação com o entorno - IFMG, PULS, etc.	Sinalização externa / Poluição visual
Atividades consolidadas	Limites deficietários	Formação continuada dos atores envolvidos no parque.	Perda de estrutura
Interpretação Ambiental, trilhas...	Ausência de produtos oficiais para comercialização: boneco, bítol, camiseta	Receptividade para educação ambiental, junto as escolas e em eventos.	Dependência da atratividade do PEIT pelo entorno.
Fotografia e contemplação	Abertura de trilhas clandestinas	Comunicação com o mercado turístico	Animais domésticos
Geologia peculiar	Ausência de banco de dados sobre os visitantes	Envolvimento com a comunidade	Motoqueiros, jipeiros e quadriciclos
Sinalização interna	Erosão	Comercialização de produtos e uso da imagem	Crime de visitação
Existência de condutores ambientais / monitores (voluntários)	Situação de novos visitantes	Educação Ambiental, Patrimonial e Interpretação Ambiental	Criminalidade
Poluição do entorno, suporte de entrada de lixo, moutanismo			Vandalismo

Localização geográfica: Vila do curso preceia Itacolomi

Vila do curso preceia

vilas produtoras que identificam o uso

Vila Sorocaba, Vila de Itacolomi, Vila de São Carlos

Ações

- baixar o valor do entrada
- Reduzir restaurante
- manutenção das trilhas
- Contratação de funcionários
- Portão de marionetes
- Promoção de eventos de comunidade no PEIT
- Sinalização para ciclistas

GRUPO 2

FORTALEZAS	FRAQUEZAS	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
Diversidade de atrativos naturais	Pouca publicidade apesar de ainda não ser o momento adequado.	Atrativos do entorno	Uso e ocupação do solo
Atrativos Históricos (ex: Fazenda São José do Manso)	Visitação clandestina por diversas entradas.	Infra-estrutura do entorno	Fiscalização do território
	Não divulgação de normas em todo o território do PEIT.	Cultura da região	Agricultura
Infra-estrutura do PEIT (complexo da sede)	Regularização fundiária.	Fluxo turístico regional	Carvão / desmatamento
Convenção IEF / UFOP / FEOP / Comissão	Fragilidade do solo	Artesanato	Poucas pesquisas relacionadas ao Turismo / Uso Público
Parcerias com prefeituras, e diversas instituições	Lixo no Piso da estrutura: plásticos	Projeto Prometa	Dependência da atratividade do PEIT pelo entorno
Faturamento	Visitação clandestina por outras entradas	Florestas Comunitárias (Alberto)	Perda de cultura
Flora e fauna ricas	Divulgação de normas	Parcerias/ Melhor interação com entorno	Animal domésticos
Atividades consolidadas	Limites deficitários	Formação continuada dos atores	Agricultura
Interpretação Ambiental	Ausência de produtos oficiais para comercialização	Receptividade para educação ambiental	Motoqueiros
Fotografia e contemplação	Abertura de trilhas clandestinas	Comunicação com o mercado turístico	Queda da visitação
Geologia peculiar	Ausência de banco de dados sobre os visitantes	Evolvimento com a comunidade	Criminalidade
Sinalização interna	Erosão	Comercialização de produtos e uso da imagem	Vandalismo
Existência de condutores ambientais / monitores		Educação Ambiental, Patrimonial e Interpretação Ambiental	
Criação de lojinha			

Educação Ambiental
Estabelecimento

FALTA DE RECURSOS PARA MANUTENÇÃO

Ressator LOCAL FAVORÁVEL A PRÁTICA DE ESPORTES

PASTO/CURRAL/CANDEIA

Quadrículos / Meças
Tende de melhor extração legal Queimados

Quem pode avaliar o cenário

AÇÕES:

- MELHORAR SINALIZAÇÃO;
- CAPACITAR CONDUTORES LOCAIS;
- AJUSTAR O VALOR DO INGRESSO PARA A COMUNIDADE;
- CRIAR LOJA;
- CRIAR RESTAURANTE;
- IMPLANTAR COLETA SELETIVA E DESTINAR;
- FAZER OFICINAS COM A COMUNIDADE;
- DIRECIONAR MAIORES RECURSOS PARA A MANUTENÇÃO DO PEIT;
- FAZER MANEJO NAS TRILHAS;
- REGULARIZAR ESPORTES NA UC, MTP, ESCALADA...
- MELHORAR FISCALIZAÇÃO;
- MELHORAR A PATRULHA DE INCÊNDIOS;
- TRILHA PICO - SERRINHA PARA COIPIN EXTRAÇÃO DE CANGIÁ E PASTO REIO;
- RETORNO DA FESTA DE SÃO JOSÉ;

FORÇAS

- CONCESSÃO PÚBLICO/PRIVADO
- Patrimônio Geológico
- Biodiversidade
- trilhas auto guiadas
- Educação ambiental /
- Centro de visitantes interativo
- Estalagem com estrutura/matéria

FRAQUEZAS

- Comunicação/divulgação ineficiente
- Acesso não oficial/ausência de portaria
- Falta de autonomia da gestão,
- Falta de cooperação com o trade
- ~~Recursos~~
- Frota
- Falta contrapartida dos usuários do manejo do cachorro
- Falta de recursos humanos/mudar horário visitação

CURRUC

- Novas trilhas
- Pesquisa
- Localização
- Limites definidos em processo
- Banca de dados visitação
- Capacitação

OPORTUNIDADES

- Trans Espinheço - trilha longo curso
- Ampliação de atrações e atividades de aventura
- Abertura nas segundas feiras
- Feira de artesanato
- Eventos noturnos
- Calendária de eventos
- divulgação por mídias sociais e wats app
- estratégia e voluntariado

AMEAÇAS

- Sinalização falha na google maps
- Wikiloc e outras apps - indicação de trilhas "claro"
- Tarifas no manejo do cachorro
- Valor do ingresso

OFICINA DE REVISÃO DO PLANO DE MANEJO DO PARQUE ESTADUAL DO ITACOLOMI –

24/10/2019

LISTA DE PRESEÇA

Nome	Representação	Contato
1 GUSTAVO ATAYKBE	FEMENG / TESP	GUSTAVO@GA2.ECO.BR
2 WILSON OLIVEIRA	FAZ. CARANHEVA	//
3 DANIEL R. POLLI	EEF-UFOP Centro de Recurciamento Ambiental CEM	
4 Marcelo Ed B. Pinheiro	IEF / URBEO CURSO SUZ	marcelo@meecemambiente.org.br
5 João Marcos de M e Silva	Sec. Meio Ambiente de Mariana	joao_marcos@id.ufp.br
6 Domilson Batista Silva	Panque Estadual do Itacolomi	dbstomilva@gmail.com
7 HUGO MOTA	PE.IT - M.T.O	HUGOMX3@GMAIL.COM
8 RAFAEL LOPES DOS SANTOS	RAIAR ECOTUR	rafael.santos.lopes@hotmail.com
9 CARLOS FERRERIA G...	PE.IT	31 9 9913 5560
10 Apolônio da Silva Borges	PE.IT	apolonio.borges@ufpel.br
11 Ricardo FONSECA	PEITVA / UFOP	ricardo.fonseca@ufop.edu.br
12 Gleice Ribeiro	TUUMMO ecoborgues cadum	gleice@yaho.com.br
13 ALBERTO LIMA DE MELO MARTINS	IEF A. PA. ESI. COCHETERIA DAS ANDARAÍAS 3	alberto.martins@meioambiente.org.gov.br

14	Joni Euzébio Paul Filho	Itacolomi	10000000034@gmail.com.br
15	DARIO CAVALO YAZET	DE ITACOLOMI	daiocto10@gmail.com
16	MARCOS CORRÊA MARI	Fazenda de Itacolomi	031 387286511
17	HELENO DUARTE FARIAS	IEF/GIMUC	(31) 39151380
18	GRANSON DE OLIVEIRA	IEF/GIMUC	gladson.oliveira@meiambiente.org
19	Guilherme Phillips M. Sousa	IEF/REUS São João	guilherme.gouveia@meiambiente.org
20	Orishane FROES	IEF/GIMUC	orishane.froes@meiambiente.org
21	MARILINA LIMA MOURA	IEF/GIMUC	MARILINA.MOURA@MEIO
22	JUAREZ TAVORA BASÍLIO	IEF/EE Tripuí	juarez.tavora@meiambiente.org
23	JOSÉ AUGUSTO R. LÓES	IEF/REU SEMINÁRIO N. HIRIANDA	joes@meiambiente.org
24	Gisela C. A. Lopes	CONSELHEIRA SUPLENTE	guelacalop@hotmart.com
25	Mariana Lucia P. Brito	Itacolomi	lopuic@meiambiente.org
26	Barbara Martins	Consulho	barbaram@meiambiente.org
27	Wênice Badi	ERG Engenharia	wenice@meiambiente.org
28	YDDE R. CONDE BRANCO	SEC. CULTURA MON. AMO	031 986502024/Jo.condebranco@meiambiente.org
29	Carvalho Camargo Malhado	DAB/Manejo de Áreas	99610958@meiambiente.org
30	Maria Rita Silverio R. de	TEBIO/UNOP	982516112 Maria Rita R
31			
32			
33			

7.5 Avaliação da Oficina

“O parque estadual do Itacolomi, de grande potencial, precisa ser mais divulgado. Falta mais estrutura, para receber os visitantes, temos muitas atrações, como trilhas, cachoeiras, montanhas, enfim, tem tudo para dar certo. “

“Depende de o poder Público ajudar ainda mais a colocar em concreto, tudo aquilo que o parque precisa para desenvolver melhor, toda a sua potencialidade!”

“A oficina, foi muito proveitosa e dinâmica, nos deu uma grande visão daquilo que pode ser melhorado! Parabéns a todas equipes!” Att, J. Ricardo Brandão

“O evento foi bastante produtivo, mas faltaram representantes de setores importantes, como os geólogos e botânicos que participaram do Plano de Manejo.”

“Importante oportunidade de rever e atualizar o que foi feito há 12 anos!”

“Precisamos manter ações integradas com frequência.”

“Gostaria ainda de manifestar o interesse do DEBIO em desenvolver pesquisas sobre Fauna e Flora e atuar junto à gestão do Parque, contribuindo para que o parque cumprir a sua missão.” Att, M.R.R

“O encontro foi muito bom agendamento, convite, dinâmica, atualização de dados, participantes experientes, comes e bebes, outros. Parabéns pelo esforço.”

“Sugiro: consulta os coordenadores de relatórios biótico, abiótico e socioeconômico, trabalhos de campo para reedificar o gabinete (com atualização de pesquisas recentes) e laboratório (Cartografia). Att, Professor Ricardo (UFOP) “

“Muito Boa a oficina. Podendo integrar as ideias dos outros. Valorizar as trilhas existentes e direcionar a mesma para pratica correta, principalmente mountain bike, ótimo atrativo na região, por ter vários atletas no entorno.”

“Avaliação para oficina Plano de Manejo Itacolomi

- . Boa estrutura
- . Excelente Cronograma
- . Atividades propostas atingiram o objetivo
- . Oficina fomenta um espaço criativo e multidisciplinar
- . Faltou maior presença dos conselheiros do PEIT
- . Funcionários do IEF competentes, atenciosos e organizados
- . Aguardando continuidade do processo...”

“Oportunidade ótima para colaborar com o PEIT, em contrapartida rever e firmar parcerias do setor.”

“Espero que o IEF se mantenha aberto a ouvir a comunidade, todos ganham com essa relação.”

“Ansioso pelas próximas etapas. “Att, Rafael Lopes

7.6 Fotos





